

22

Página



NÚMERO 83
ABRIL 2014



Trocas culturais

A dívida do centro para com as bordas

Entrevista

A favela como outra utopia de cidade

Terceiro Setor

Meio ambiente urbano não atrai financiadores

Onde fica a periferia?

Pulsante e heterogênea, sua cultura desafia estereótipos e subverte eixos de poder

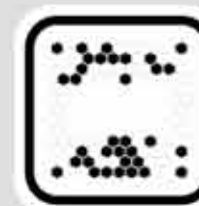


AS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS ESTÃO AÍ.
JÁ PENSOU
O QUE VOCÊ TEM
A VER COM ISSO?

O Santander dá dicas e ajuda você a reduzir, calcular e compensar suas emissões de CO₂.

Saiba mais em www.santander.com.br/co2

CO₂MPENSO



Saiba tudo sobre o Programa Reduza e Compense. Faça o download do leitor no phdmobi.com pelo celular, abra o aplicativo e fotografe este código.

SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322

 **Santander**
um banco para suas ideias

O Brasil não conhece o Brasil

Abordar o tema periferia impõe um imenso desafio que PÁGINA22 procura assumir nesta edição. Começa pela definição do conceito: que critérios usar para estabelecer fronteiras entre o que é centro e o que é periferia? Fatores território-espaciais? De renda socioeconômica? Condições de moradia? Nível de escolaridade? Acesso a oportunidades e a equipamentos públicos? Posse de bens de consumo? Participação em decisões de poder? Nenhuma dessas ou um cruzamento de todas as alternativas?

O País de uma das maiores desigualdades sociais do mundo tem muito a avançar no conhecimento basilar sobre grande parte de sua população. “Quando dizemos ‘periferia’, não sabemos com exatidão do que estamos falando. Esses são estudos que o Brasil deve a si mesmo”, afirma a cientista social Ana Lucia Miranda (*mais em reportagem à pág. 22*).

Tal conhecimento é essencial para o melhor desenho e execução de políticas públicas, justamente em um momento caracterizado por muitas e rápidas transformações por que passa o País. Em poucas décadas, o Brasil vivenciou um crescimento de renda e maior acesso a bens de consumo, à informação e ao ensino. Na visão da cientista, essas conquistas têm proporcionado a busca por mais direitos, formando uma sociedade em ebulição e processo de formação de cidadania.

Sem fechar os olhos para as carências e dificuldades que as chamadas populações periféricas enfrentam, nossa reportagem encontrou um caldo rico de iniciativas, uma cultura pulsante, um jeito de ser que subverte eixos de poder e ignora empacotamentos. Para descobrir o Brasil real e nele desenvolver ações de sustentabilidade – ou quem sabe descobrir a sustentabilidade e nela desenvolver ações de periferia –, não há outro caminho a não ser cruzar as pontes deste mundo multicêntrico.

Boa leitura!

22

Página

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury

FGV
GVces
Centro de Estudos em
Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER II Thais Herrero
REPÓRTER I Carol Nunes
EDIÇÃO DE ARTE Marcíus Marques
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sirio Braz (seções)

REVISORES José Genulino Moura Ribeiro e Kátia Shimabukuro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Ana D'Angelo, Aron Belinky, Diego Viana, Fábio de Castro,
Fábio F. Storino, Flavia Pardini, Gisele Neuls, José Alberto
Gonçalves Pereira (edição e textos), José Carlos Pedreira de
Freitas, Juliana Arini, Magali Cabral, Monara Barreto,
Mônica C. Ribeiro, Regina Scharf, Ricardo Abramovay
ENSAIO FOTOGRÁFICO Marcelo Delduque
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE
COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,
Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro
Roberto Jacobi, Roberto S. Waack e Rodolfo Guttilla

IMPRESSÃO HRosa Serviços Gráficos e Editora
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.800 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por
colaboradores expressam a visão de seus autores, não
representando, necessariamente, o ponto de vista de
PÁGINA22 e do GVces.

APOIO
ID Instituto
Democracia e
Sustentabilidade

A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE
REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FISC. DE ACORDO COM RIGOROSOS
PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons
PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL,
ADERIU A LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM,
É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO
IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Para receber **Página22** gratuitamente,
acesse pagina22.com.br/novo_leitor

Caixa de entrada

COMENTÁRIOS DE LEITORES
RECEBIDOS POR E-MAIL, REDES
SOCIAIS E NO SITE DE PÁGINA22

INBOX

(ALÉM DAS PAREDES – ED. 82)

Enfoque atraente e instrutivo, que aumenta a credibilidade e o respeito de que essa empresa já desfruta no Brasil e no exterior. *José Soares*

(BOI NA LINHA – ED. 82)

Boa matéria sobre as dificuldades no rastreamento da carne bovina! *Claudio Bicudo Mendonça*

(SONDANDO O FUTURO – ED. 82)

Antes da intuição é preciso interpretar os sinais... *Vivian Blaso*

(TERRA ESTRANHA – BLOG P22 INDICA)

A História demora, mas sempre aponta os equívocos humanos. A Fernão Dias e a represa são desses grandes erros que não serão mais sanados. Os dados demonstram que a seca está presente há muito tempo na região e isso foi negligenciado pela Sabesp e pelos órgãos gestores! Os reflexos se dão agora. *Diego Toledo*

A represa foi feita sem manter as áreas de preservação. O alto dos montes e montanhas foram ocupados primeiro pelo café e, agora, pelos eucaliptos. Um programa de captação de água como o de Extrema (MG) não existe do lado de São Paulo. É a região entre "serras e águas": foram-se as águas, ficaram as serras, por enquanto. *Marta Maria de Deus*

(UM ANO DE PRISÃO POR CRUELDADE CONTRA UM GATO – BLOG DE LÁ PRA CÁ)

Boa notícia, pena que ainda estamos longe para que isso aconteça por aqui. *Nisargan Ferreira*

(A "CONTRACUZINHA" – ED. 81)

Gosto dessa ideia de Nova Esquerda: termo usado em especial no Reino Unido e EUA para designar um ativismo de esquerda mais amplo, diferenciando-se do ativismo pautado somente pelo marxismo e pela causa trabalhista. *Edna Lopes*

OUTBOX

ERRATA: Na coluna *Olha Isso!* da edição 82, o jogo do Brasil foi contra a então União Soviética, e não contra a Rússia.



CAPA

Mundos a trançar

Heterogêneo e poderoso, o caldo das periferias desafia estereótipos e empacotamentos e mostra que a riqueza está em tecer pontes

12 Economia Verde Plataforma sobre Redd+ gera expectativa positiva para o financiamento da gestão florestal nos países em desenvolvimento

14 Entrevista Para um jovem entrar na universidade, o currículo dos pais conta mais que a renda ou o fato de ter passado por escola privada, argumenta Jorge Luiz Barbosa, do Observatório de Favelas

34 Cultura Nesse quesito, o centro deve mais à periferia do que a periferia ao centro. Tal fenômeno hoje é amplificado pela internet e as redes sociais, ao multiplicarem entre as massas um conteúdo que as elites pouco enxergavam

42 Meio ambiente urbano As comunidades da periferia concentram alguns dos mais urgentes problemas socioambientais, mas permanecem à margem da agenda hegemônica da sustentabilidade

SEÇÕES

6 Notas | 9 Web | 10 Antena | 11 Artigo | 20 Coluna | 21 Análise | 28 Retrato | 41 Artigo | 50 Última

DADOS PÚBLICOS I

Sede de cidadania

Nem só de falta de água se faz a seca no sertão brasileiro. A falta de informação e participação na gestão de recursos hídricos são agravantes sociais da estiagem. Para preencher essa lacuna, a ONG Artigo 19, em parceria com o Sabiá Centro de Desenvolvimento Agroecológico, conduz o projeto “Chovendo Informação”, que completou em março seu primeiro ano de atividade (veja vídeo em bit.ly/1o8tipo).

A iniciativa capacita cidadãos e organizações de comunidades rurais de Pernambuco a usarem a Lei de Acesso à Informação (LAI) para fazer o controle social sobre as políticas públicas de acesso à água. Oficinas ensinam como protocolar um pedido para, por exemplo, saber da qualidade e procedência da água fornecida por caminhões-pipa. Tudo isso, sem a intermediação de prefeitos e secretários. “Vemos que há uma dificuldade grande em superar interesses políticos locais”, observa Joara Marchezini, oficial do projeto.

As oficinas também estimulam os cidadãos a acionar órgãos superiores e recursos legais, caso os pedidos não sejam respondidos dentro do prazo de 20 dias estipulado pela lei.

Joara destaca que o trabalho com as comunidades tem fortalecido também a organização social local. Por isso, a partir deste ano, a iniciativa se concentrará em formar jovens multiplicadores e em promover a atuação das associações locais na cobrança de informações. A ONG Artigo 19 também pretende usar os casos relatados para cobrar o poder público, expondo ao Ministério da Integração Nacional e à Controladoria-Geral da União as falhas no cumprimento da LAI. – Carol Nunes



OTAVIO NOGUEIRA / FLICKR

DADOS PÚBLICOS II

Cidades sustentáveis

Municípios brasileiros podem contar agora com uma ferramenta estratégica: o Programa Cidades Sustentáveis (cidadessustentaveis.org.br), promovido pelas organizações Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e Instituto Ethos. Os gestores que se comprometem com a iniciativa devem registrar publicamente, por meio de um *software* de código aberto, dados referentes aos indicadores de 12 eixos temáticos, como “Bens naturais comuns” e “Melhor mobilidade”.

O levantamento dos dados é o primeiro passo para elaborar um diagnóstico sobre a situação do município, seguido pelo estabelecimento de plano de ação, cujo desempenho deve ser acompanhado pro meio da evolução dos próprios indicadores. Dessa forma, são criados observatórios que facilitam o controle social das políticas públicas municipais. Para incentivar a gestão transparente de dados, foi lançado o Prêmio Cidades Sustentáveis, que visa reconhecer as experiências bem-sucedidas dos municípios signatários. Os gestores com interesse em participar da premiação devem se inscrever entre julho e novembro de 2014. (CN)

CRIATIVIDADE AO EXTREMO

Um galpão desativado em Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo, ganhou outro significado dez anos atrás – tornou-se o centro cultural do bairro. O resultado veio do esforço do grupo de teatro Instituto Pombas Urbanas para promover cidadania e lazer. Só em 2013, 20 mil pessoas passaram por lá para assistir a espetáculos, pegar emprestado um dos 9 mil livros na biblioteca ou fazer as aulas de música, entre outras atividades oferecidas. Foi uma iniciativa fundamental para que os moradores passassem a valorizar o próprio bairro – a duas horas do centro da cidade via transporte público. O centro cultural do Pombas Urbanas é um dos exemplos que demonstram o elevado potencial cultural da periferia, mas nem sempre recebem a devida visibilidade. E é uma das 13 experiências retratadas no vídeo São Paulo – Criatividade Sem Limite, produção da empresa Garimpo de Soluções. O vídeo, feito para comemorar o aniversário da capital paulista, no começo do ano, apresenta casos de quem usou a criatividade para buscar soluções para os problemas sociais e urbanos, nos quatro cantos da cidade. Acesse o vídeo em youtu.be/zKzxyVFcDnQ e também conheça os voluntários que mantêm um trem ativo na ferrovia Perus-Pirapora (desativada desde 1983) para preservar a memória da cidade. E os jovens do Grajaú que montaram a TV Doc Fundação, um canal na internet para mostrar a realidade desse populoso bairro situado na periferia da Zona Sul paulistana. – Thais Herrero

JORNALISMO

O Rio, segundo alemães e brasileiros

A cada segundo, 18 mil toneladas de esgoto deságuam na Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, e dessas apenas 6,5 mil passam previamente por estações de tratamento. Chegam também nessas águas, todos os meses, 330 toneladas de lixo não encaminhado a aterros ou à coleta seletiva. Seriam necessários 66 caminhões de lixo para retirar toda essa sujeira. O governo estadual tenta agora remediar a poluição na região, que será a sede das competições aquáticas das Olimpíadas de 2016. Mas ainda há muito trabalho a ser feito.

Esse raio X da situação do Rio de Janeiro faz parte de uma das reportagens do site ContaRio.net, resultado do curso que a Escola de Jornalismo na Alemanha (Jona), da Fundação Konrad Adenauer, realizou no Brasil em fevereiro.

A reportagem de PÁGINA22 esteve presente entre os 14 jornalistas – sete alemães e sete brasileiros – para o treinamento em jornalismo de dados. O site produzido conta, por meio de infográficos, vídeos e



THAIS HERRERO

fotos, como o Rio é mesmo uma cidade maravilhosa, mas cheia de contrastes e questões na área social que desafiam o poder público, pressionado diante da chegada dos megaeventos esportivos.

Outra reportagem, por exemplo, mostra o aumento exorbitante dos preços da cidade. Um apartamento de dois dormitórios hoje, em Ipanema, está 410% mais caro que quatro anos atrás. Há também videoreportagens em que cariocas contam suas histórias, como é o caso dos moradores da Vila Autódromo, pequena favela na Zona Oeste, que estão sendo despejados para que suas ruas deem lugar às obras do Parque Olímpico. (TH)

CULTURA

Cinema à base de sol

Um cinema itinerante e movido a energia solar tem agitado a vida cultural de várias comunidades que encontram difícil acesso ao circuito comercial. É o Cinesolar, veículo equipado para que a luz do sol produza a energia elétrica dos aparelhos de projeção. Por esses aparelhos, passam filmes nacionais, e a entrada é sempre gratuita. A iniciativa é da Brazucah Produções e tem o objetivo de democratizar o acesso à cultura, principalmente da produção audiovisual, e também de difundir conceitos de sustentabilidade. Por isso, o tema dos filmes nunca é em vão.

Só em março, 32 sessões do filme *Qualé o Teu Negócio*, de Sérgio Gagliardi (2013), reuniram um total de 6 mil pessoas por bairros da Região Metropolitana de São Paulo, como Heliópolis

e Jardim Ibirapuera. O documentário trata da ascensão das classes C e D no Brasil ao apresentar o relato de moradores das periferias de São Paulo e Rio de Janeiro que viraram pequenos empreendedores.

Até maio, uma nova caravana de filmes vai para o interior e litoral paulistas, patrocinado pelo Instituto Votorantim. Entre os longas e curtas-metragens escolhidos está *Colegas*, de Marcelo Galvão (2013), que foi o primeiro filme brasileiro protagonizado por atores com síndrome de Down.

Além das sessões, o Cinesolar levará atividades de educação ambiental a essas cidades, como oficinas de Ecografite, em que as tintas são feitas com café, cúrcuma e beterraba, entre outros produtos naturais.

Conheça o roteiro completo em facebook.com/Cinesolar. (TH)



PAULO PEREZ

DIREITOS HUMANOS

Copa sem abusos

A grande movimentação de turistas durante a Copa do Mundo trará grandes oportunidades de negócios ao País, mas também significará um risco especial na área de Direitos Humanos. De olho na vulnerabilidade de crianças e adolescentes ao turismo sexual, a ONG Plan International lançou a campanha “Copa das Meninas” (mais em bit.ly/1hWnoKC).

Materiais de comunicação em vários idiomas serão distribuídos para alertar a população das cidades-sede e turistas

sobre o aumento da exposição de crianças e jovens a situações de violência durante o evento. Além disso, a campanha quer estimular a reflexão e a denúncia de casos por meio do Disque 100, serviço telefônico gratuito do governo federal.

Enquanto isso, no Reino Unido, a British Airways vai veicular o vídeo da campanha “It’s a Penalty!” (bit.ly/1hWni5J) em seus voos com destino ao Brasil durante a Copa do Mundo. A peça lembra os turistas britânicos de que pagar a menores de 18 anos por serviços sexuais é crime tanto aqui quanto lá. (CN)



DIVULGAÇÃO

Olha isso!

Gente diferenciada

FABIO F. STORINO
Doutor em Administração Pública e Governo

Em 1980, um estudo publicado no *Journal of Public Economics* (ver em goo.gl/6Z475U) realizou 12 experimentos para identificar a tendência de pessoas ao comportamento que a Economia chama de “carona” (*free riding*). Em 11 desses experimentos, que variaram elementos do jogo submetido aos voluntários (estudantes do Ensino Médio de Madison, em Wisconsin, EUA), o comportamento de carona foi menos observado que seria esperado pela literatura. No 12º experimento, entretanto, o comportamento finalmente ficou evidente. A diferença? Este último foi realizado entre estudantes de Economia da Universidade de Wisconsin.

Frequentemente nesta coluna apresento alguns resultados surpreendentes, ou no mínimo curiosos, de experimentos de psicologia comportamental, mostrando um pouco da nossa capacidade de autoengano, dos nossos inúmeros vieses cognitivos e da irracionalidade (previsível, complementa Dan Ariely) que acompanha o comportamento humano. Os estudos seguem metodologias consagradas, e o trabalho passa pela revisão dos pares. Do ponto de vista da ciência, esses trabalhos poderiam ser

aceitos como descrições razoáveis da realidade. Mas seriam elas descrições universais do comportamento humano? Pesquisa publicada no periódico *Behavioral and Brain Sciences* argumenta que não. Fazendo uma revisão sistemática da literatura empírica sobre economia, psicologia e ciências cognitivas sob aspectos do comportamento humano considerados universais, uma informação saltou de cara ao analisar o perfil dos voluntários envolvidos nos experimentos: 96% deles vêm de países industrializados do Ocidente (sendo 68% apenas dos Estados Unidos).

Apropriadamente intitulado “Weirdest people in the world?” (*As pessoas mais estranhas do mundo?*) (ver estudo em goo.gl/O9IRvk), o trabalho então buscou fontes de dados disponíveis



CHILD OF ROM / FLICKR

comparando o comportamento desse grupo de pessoas, batizadas de *Weird – Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic* (Ocidentais, educadas, industrializadas, ricas e democráticas) –, com o de vários outros grupos: ocidentais industrializados vs não ocidentais industrializados, americanos vs demais ocidentais, americanos com vs sem diploma universitário, universitários vs adultos fora da universidade etc.

Os resultados indicam grande variabilidade entre os diversos grupos pesquisados, sendo os *Weird* frequentes outliers (casos anômalos, pontos fora da curva). Isso invalidaria as pesquisas publicadas cujos voluntários tinham esse perfil? Não, mas indica que elas não podem a priori generalizar suas conclusões como um comportamento humano universalmente esperado, a não ser que o mesmo experimento seja conduzido também em outros lugares, ou utilizando uma amostra (muito) mais socialmente diversa.

Assim como em muitas outras esferas das relações humanas, a ciência (e, por tabela, as nossas universidades) também só tem a ganhar ao abraçar a diversidade como um valor desejado.

PRATA DA CASA

Do lado de cá

Os jovens da periferia figuram pouco como protagonistas nos noticiários: são associados em grande parte a fatos negativos e têm poucas oportunidades para expressar suas próprias visões de mundo sem o julgamento do restante da sociedade. Outro reflexo da marginalização é a

vulnerabilidade desse grupo ao desamparo do poder público: na última década, foram as principais vítimas da violência urbana.

Por isso, ouvimos o que eles têm a dizer sobre o seu lugar. PÁGINA22 foi buscar as opiniões de jovens de várias cidades brasileiras, em uma tentativa de compreender o significado de “periferia”. Como eles a definem e de que forma ela se relaciona com suas vidas?

Em um País de dimensões continentais, com mais de 80% da população vivendo em centros urbanos, “periferia” é uma palavra com múltiplas definições possíveis. Deixamos essa missão a cargo de integrantes da Agência Jovem de Notícias, iniciativa de comunicação colaborativa da ONG Viração Educação, em parceria com outras organizações de todo o Brasil.

Confira no site fgv.br/ces/pagina22 os depoimentos surpreendentes desses cidadãos em busca de mais espaço e mais voz.

– por Carol Nunes



ESPOCC/MARÉ/FLICKR

MUNDO AFORA

Essência feminina

“Ela domina a arte da sedução e encanta com suas cores, temperos e mistério. Sempre usa cor-de-rosa, uma evocação descarada ao feminino. E sempre usa anéis de ouro, em uma exibição suave de sua preciosidade.” Esta “ela” é a indiana Khila Thakur, de 24 anos, descrita e retratada pela brasileira Julia Pacheco, criadora do Projeto 13 Luas.

Por meio de fotos e vídeos, o projeto (em13moons-project.com) procura descobrir e explorar o que é ser mulher em diferentes culturas e regiões do mundo. Para isso, Julia emerge por um mês na vida de mulheres em comunidades rurais. Já esteve na Colômbia, na Índia e deve seguir para Mianmar, Irã, Moçambique e Brasil ao longo deste ano.



DIVULGAÇÃO

Vigia florestal

Descobrir o que se passa nas florestas do globo ficou mais fácil desde que o Google, o World Resources Institute (WRI) e outras 40 instituições lançaram o Global Forest Watch (globalforestwatch.org). A plataforma une o melhor da tecnologia de satélites (foram usadas 700 mil imagens da Nasa) e dados abertos para monitorar as florestas praticamente em tempo real. Há também uma linha do tempo com perdas e ganhos da cobertura desde os anos 2000. Os cálculos apontam que perdemos o equivalente a 50 campos de futebol por segundo nos últimos 12 anos. A expectativa é que a ferramenta facilite a transparência e permita o monitoramento dos responsáveis pelo desmatamento.

VALE O CLICK

MOSAICO DE SARDINHAS

Desde que foi lançado, em fevereiro, o sucesso do *tumblr* Cansei de ser sardinha (cansedesersardinha.tumblr.com) não para. A página recebe e divulga as fotos e vídeos de cidadãos que sofrem com o descaso que acomete o transporte público no Brasil: filas intermináveis, vagões superlotados, trânsito empacado e todo tipo de falta de respeito a humanos e sardinhas.



CANSEI DE SER SARDINHA

BRASIL EM DADOS

A Fundação Perseu Abramo lançou o aplicativo FPAdados (fpabramo.org.br/fpadados), que reúne mais de 600 indicadores de todas as cidades do País. São dados disponibilizados de forma interativa em temas como educação, economia e saúde. É possível combinar resultados para comparar regiões e os usuários podem colaborar com novos conteúdos.

NOVO CÓDIGO

A Oscip Iniciativa Verde lançou o livro *Sustentabilidade: Adequação e Legislação Ambiental no Meio Rural*, escrito pelo engenheiro agrônomo Roberto Resende. São 40 páginas que trazem um roteiro simplificado do Novo Código Florestal e aborda a adequação às suas normas. Duas mil cópias foram impressas para agricultores familiares, mas é possível baixá-lo em bit.ly/1goFVtx.

Mercado de carbono simulado

Enquanto não se concretiza um mercado de carbono no Brasil, algumas empresas já fazem simulações para testar e aprender como seria a experiência na prática. A iniciativa pioneira e pedagógica foi possível graças a uma parceria entre a bolsa de valores ambientais, a BVRio, e a **Plataforma Empresas pelo Clima (EPC)**, do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaes (GVces).

As empresas da plataforma negociarão a venda e compra de créditos de carbono segundo o sistema de *cap-and-trade*, de acordo com dados de emissões de gases-estufa que elas declaram emitir no âmbito do Programa Brasileiro GHG Protocol. Isso tornará a experiência ainda mais real e séria.

Um dos principais objetivos da simulação é preparar essas organizações e seus colaboradores para dialogar entre si e também com atores do setor público quando, em um futuro possível, o mercado de carbono real estiver instituído.

Das 20 empresas que fazem parte da EPC, 16 já aderiram à iniciativa. As atividades começaram em 14 de março, com um leilão de venda de licenças de emissão de gases-estufa, e já contam com uma programação até o fim do ano. Até lá, outras empresas poderão passar a compor o quadro.



GREENPEACE VIA FLICKR

Tabuleiros na sala de aula

Quando o jogo cooperativo "Celsius: O desafio dos 2 graus" foi criado pelo GVces em parceria com a Onça Games, o público-alvo era formado por colaboradores de empresas ligadas à EPC, para que se sensibilizassem sobre o papel dos setores público e privado e dos cidadãos no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. No jogo, ganha quem criar mais valor para sua empresa fictícia, desde que a temperatura da Terra não suba demais devido à emissão de gases-estufa. Se isso acontecer, todos perdem.

Didático e divertido, o jogo ganhou espaço também nas salas de aula das escolas da FGV. Em 2013, duas turmas de 75 alunos da graduação participaram de rodadas coletivas – que também aconteceram entre grupos de pós-graduandos e intercambistas. No primeiro semestre de 2014, pelo menos 150 estudantes da graduação devem jogar o "Celsius". Depois de agosto, mais rodadas serão organizadas. Para saber mais sobre o jogo, acesse reportagem de PÁGINA22 em bit.ly/1dcn3vz.

Orientações às políticas ambientais

O recém-lançado documento *Subsídios para Elaboração de Políticas Estaduais e Municipais sobre Serviços Ambientais e REDD+* tem como objetivo ser um guia com diretrizes, exemplos, ferramentas e recomendações que possam auxiliar estados e municípios a criarem leis de combate e mitigação à mudança climática, principalmente os ligados à conservação de áreas florestais.

O foco é a região da Amazônia, onde, ao longo

deste ano, Rondônia e Amapá estão elaborando suas leis estaduais.

O documento, que pode ser acessado em bit.ly/1mr1gv1, foi desenvolvido pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) e contou com a colaboração de Guarany Osório, coordenador do programa Política e Economia Ambiental do GVces, que participou do painel de revisores.

SINTONIZANDO

MOSTRA DE CINEMA AMBIENTAL

A 3ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental chega a São Paulo em 20 de março. Os filmes giram em torno dos temas "cidades", "economia", "energia", "campo" e "povos e lugares". São produções de mais de 30 países, a maioria de exibição exclusiva.

SESSÃO E DEBATE

Um dos filmes mais esperados, *Trashed: para onde vai o nosso lixo?*, terá exibição seguida de debate na sede da FGV. O longa, de 2012, tem participação do astro Jeremy Irons e aborda os riscos que a poluição do ar, mar e terra, causados pelo lixo, geram na cadeia alimentar e no meio ambiente.

NUCLEAR

O diretor de *Metamorphosen*, o alemão Sebastian Mez, estará no Brasil para participar de debates. O filme mostra como vivem hoje os moradores de Mayak, cidade russa que sofreu o terceiro pior acidente nuclear do mundo, em 1957.

AMAZÔNIA

Entre as produções brasileiras está o documentário *Amazônia Desconhecida*, de Daniel Augusto e Eduardo Rajabally (2013). Para mostrar a complexidade dos conflitos na região, o filme acompanha o cotidiano de índios, fazendeiros, garimpeiros e dos sem-terra. Acesse mostraecofalante.wordpress.com e confira a programação completa.

JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS

Engenheiro agrônomo, diretor da Hecta – Desenvolvimento Empresarial nos Agronegócios e consultor de agronegócios com foco em sustentabilidade e responsabilidade social corporativa – hecta.sp@gmail.com

artigo



Uma chance ao agronegócio familiar

É hora de partir para um esforço conjunto de inclusão desse segmento, abandonando de vez a visão anacrônica que insiste em separá-lo do agronegócio

Declarado este ano de 2014, pela Assembleia-geral das Nações Unidas, como o "Ano Internacional da Agricultura Familiar", temos uma boa oportunidade para refletir sobre o papel e a importância desse segmento nos agronegócios.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), as cifras do agronegócio em 2013 devem chegar a R\$ 1 trilhão, ampliando a sua participação no PIB para 22,8%. A safra colhida – recorde com 187,1 milhões de toneladas – teve um crescimento de 12% com relação à de 2011/12, em cerca de 56 milhões de hectares cultivados.

De 1975 a 2010, a área cultivada de grãos aumentou 45,6%, e a produção, 268% (seis vezes), conforme levantamento da Fundação Getúlio Vargas. Tal aumento de produtividade permitiu ao País poupar cerca de 60 milhões de hectares que seriam necessários para atingir esse volume, mantida a produtividade do início do período.

A partir da utilização intensiva de recursos naturais, insumos modernos e capital, o exercício da atividade empresarial nos agronegócios tem estado cada vez mais restrito ao reduzido número dos agricultores ditos empresariais.

Segundo levantamento **1**, cerca de 500 mil estabelecimentos empresariais (11% do total) produzem 86,6% do valor bruto da produção. Sua capacitação, organização e cadastro bancário os tornam aptos ao acesso ao crédito, às tecnologias de produção e gerenciamento e aos canais de comercialização.

1 São 3.900.519 estabelecimentos com renda bruta entre 0 a 10 salários mínimos, segundo o IBGE

Os demais, **→ perto de 4 milhões** de pequenos e médios agricultores, na grande maioria familiares, acabam por constituir o contingente



de produtores rurais incapazes de operar nas regras da agricultura empresarial. Dados do levantamento, trabalhados em 2010, mostram que 66% do total de estabelecimentos rurais respondem por apenas 3,27% da renda bruta (*ver tabela na versão digital deste Artigo*).

Constituído por pequenas e médias propriedades tocadas em regime familiar, o agronegócio familiar deve ser entendido como aquele que se dedica à produção diversificada de produtos diferenciados, de alto valor agregado, em geral atrelado às etapas de pré-processamento e processamento desenvolvidas ou não dentro da propriedade.

Representando a possibilidade concreta da adoção dos novos paradigmas da agricultura sustentável, esse segmento do agronegócio tem ampliado suas contribuições tanto no âmbito social quanto na e conservação do nosso patrimônio ambiental e cultural.

Mas, diante de limitações de acesso ao crédito, por força de exigências cada vez mais difíceis de serem atendidas e da baixa adesão do sistema financeiro privado, torna-se incapaz de operar segundo os requisitos da atividade empresarial.

Prova disso pode ser encontrada no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o maior programa do governo federal voltado para o financiamento do pequeno agri-

cultor, que, criado em 1995, em sua melhor estatística registrou, em 2012, cerca de 2,14 milhões de contratos.

Hoje, o problema consiste menos na quantidade de recursos alocados e mais nas limitações de capacitação, assistência técnica e acesso às linhas de crédito, pouco atrativas aos agentes financeiros.

É hora de partir para um esforço conjunto de inclusão desse segmento nos agronegócios, abandonando de vez a visão anacrônica que insiste em separar agricultura familiar de agronegócio.

Por suas particularidades e exigência de maior integração à cadeia produtiva, o agronegócio familiar deve operar a partir de modelos de negócio próprios, desenhados segundo suas especificidades.

Como preconiza o atual diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o brasileiro José Graziano, "o apoio à agricultura familiar não precisa e não deve ser feito em oposição à grande escala, a agricultura especializada, que também desempenha um papel importante para garantir o abastecimento global de alimentos".

Quem sabe não seria um bom momento para nos unirmos em torno de iniciativas voltadas para o fortalecimento do agronegócio familiar? Estão previstas várias delas em 2014, no Brasil e em mais 45 países, e da sociedade brasileira se espera uma resposta efetiva para a inclusão desse segmento como um imperativo de sustentabilidade dos agronegócios.

1 ALVES, E. ; ROCHA, D. P. "Ganhar tempo é possível?" In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (orgs.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010



MARCO GUARNARDI/FLICKR

Pulo do gato?

Plataforma de Varsóvia sobre Redd+ gera expectativa positiva para o financiamento da gestão florestal nos países em desenvolvimento

JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA. COLABOROU GISELE NEULS

O Fundo Amazônia é a maior carteira do mundo para financiar projetos de Redd, sigla do mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – um dos principais temas das negociações do futuro acordo global que imporá metas de corte nas emissões de gases-estufa para todos os países a partir de 2020. Desde sua criação, em 2008, o fundo recebeu US\$ 787 milhões (R\$ 1,6 bilhão) em doações dos governos noruegueses e alemão e da Petrobras. No entanto, o governo brasileiro não conseguiu atrair novos mecenas para ampliar a carteira do fundo, que é operada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Qual seria o pulo do gato para sensibilizar potenciais doadores?

Para Carlos Klink, secretário de mudança climática do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a resposta pode estar na Plataforma de Varsóvia para Redd+ – conjunto de sete decisões sobre o assunto aprovadas na 19ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-19),

■ Acesse fundamazonia.gov.br

realizada em novembro na capital polonesa. A plataforma foi considerada o principal (para alguns o único) avanço nas negociações em torno do acordo climático na COP-19. “A dificuldade que enfrentávamos era que não havia um marco regulatório para Redd+”, explica Klink.

Por meio do mecanismo de Redd+, países em desenvolvimento receberão dinheiro dos países ricos para investir em projetos de conservação florestal e manejo sustentável. Os repasses de recursos seguirão, *grosso modo*, o modelo do Fundo Amazônia, que capta doações proporcionais às reduções no desmatamento (sistema de pagamentos por resultados). A cada tonelada de CO₂ que deixa de ser liberada na atmosfera, o fundo fica autorizado a captar US\$ 5 para sua carteira.

Conforme deliberado na conferência de Varsóvia, os países participantes do Redd+ terão de enviar à ONU informações detalhadas sobre a estratégia nacional de Redd+ e sistemas de monitoramento do desmatamento para verificação da acurácia dos dados por uma equipe técnica. As informações serão publicadas em uma página criada especialmente para o Redd+ no portal da Convenção do Clima. Espera-se que

■ O sinal + acrescenta ao Redd atividades associadas à conservação, ao manejo sustentável e ao aumento nos estoques de carbono florestal

a verificação internacional das informações e sua publicação na internet removam desconfianças mútuas entre países doadores e recipientes de ajuda financeira para a gestão de suas florestas, destravando o fluxo de recursos para a implementação do Redd+. O desmatamento das florestas tropicais soma 3 bilhões de toneladas ao ano, respondendo por 10% das emissões globais de dióxido de carbono, segundo estimativa conjunta do Winrock International e do Woods Hole Research Center.

“Com a possibilidade de registrar as reduções das emissões na ONU, os esforços dos países com florestas tropicais ganham reconhecimento e se espera que, com o tempo, recebam algum tipo de compensação”, observa Paulo Moutinho, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. A Plataforma de Varsóvia poderia criar em um futuro próximo um mercado de créditos de Redd+ usados por países ricos para cumprir suas obrigações de corte nas emissões a um custo mais baixo? “Uma vez feito esse registro na ONU será um passo importante para que se crie um sistema de troca e o Redd se tornar um mercado oficial, regulado. Mas há muito mito criado em volta do Redd como sinônimo de mercado”, denuncia Moutinho.

Na sua opinião, o Redd+ poderia funcionar por meio de uma gama diversa de instrumentos. “Não tem sempre que operar como mercado de carbono. Pode-se atrelar a redução de desmatamento em alguns estados e municípios à concessão de isenção fiscal para aqueles que executam projetos de Redd. Na economia, tem metas de inflação e abatimento tributário para determinadas atividades. Por que não criar metas e incentivos (para quem desenvolve Redd)?”, questiona.

A queda acentuada na taxa de desmatamento da Amazônia brasileira entre 2004 e 2012 comprovou que se trata de uma das opções mais baratas e rápidas para diminuir as emissões de gás carbônico. Entre 2005 e 2011, o Brasil cortou suas emissões de gases-estufa a uma taxa duas vezes mais elevada que a redução nas emissões dos Estados Unidos no mesmo período em termos

absolutos, segundo artigo publicado recentemente por Michael Wolosin e Cecilia Springer, da consultoria Climate Advisers, de Washington DC, nos Estados Unidos. Enquanto nos EUA o corte alcançou 472 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, o Brasil diminuiu as emissões em 1,052 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente (médias das estimativas analisadas pelos autores).

Para Tasso Azevedo, consultor em florestas e mudança climática, o Redd+ pode ajudar a prevenir retrocessos em regiões que conseguiram diminuir o desmatamento. Um dos mentores do Fundo Amazônia, quando era um dos mais próximos assessores da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, Azevedo enfatiza o papel central da governança nas ações antidesmatamento. “O próprio desmatamento é um indicador de governança.” Países com elevados índices de desmatamento geralmente possuem péssimas estruturas de governança florestal, como falta de fiscalização e de sistemas de monitoramento florestal.

Embora comemore os resultados das ações do governo para frear a devastação florestal na Amazônia, Paulo Moutinho adverte para os riscos de perda da reserva de 5,7 bilhões de toneladas de CO₂ que terão deixado de escapar para a atmosfera entre 2006 e 2020, graças à redução nas taxas de desmatamento (essa reserva já alcança 3,5 bilhões de toneladas de gás carbônico). “O Brasil fez muito, mas a orientação do governo é muito baseada no avanço da pecuária e do agronegócio a qualquer custo e no investimento em infraestrutura sem salvaguardas ambientais, com perda de direitos de povos tradicionais e indígenas. Uma série de sinais ruins que através dessas discussões legislativas podem trazer revés e a gente retomar o desmatamento.”

As ações também precisariam ganhar musculatura nos outros biomas, particularmente o Cerrado e a Caatinga, assinala Tasso Azevedo. Porém, o Redd+ permanecerá centrado no bioma amazônico, diz o secretário de clima do MMA. “Vamos ser francos. A Amazônia eu posso entregar (*os resultados*). Quanto aos outros biomas, como o Cerrado, só com o tempo.”

PLATAFORMA DE VARSÓVIA

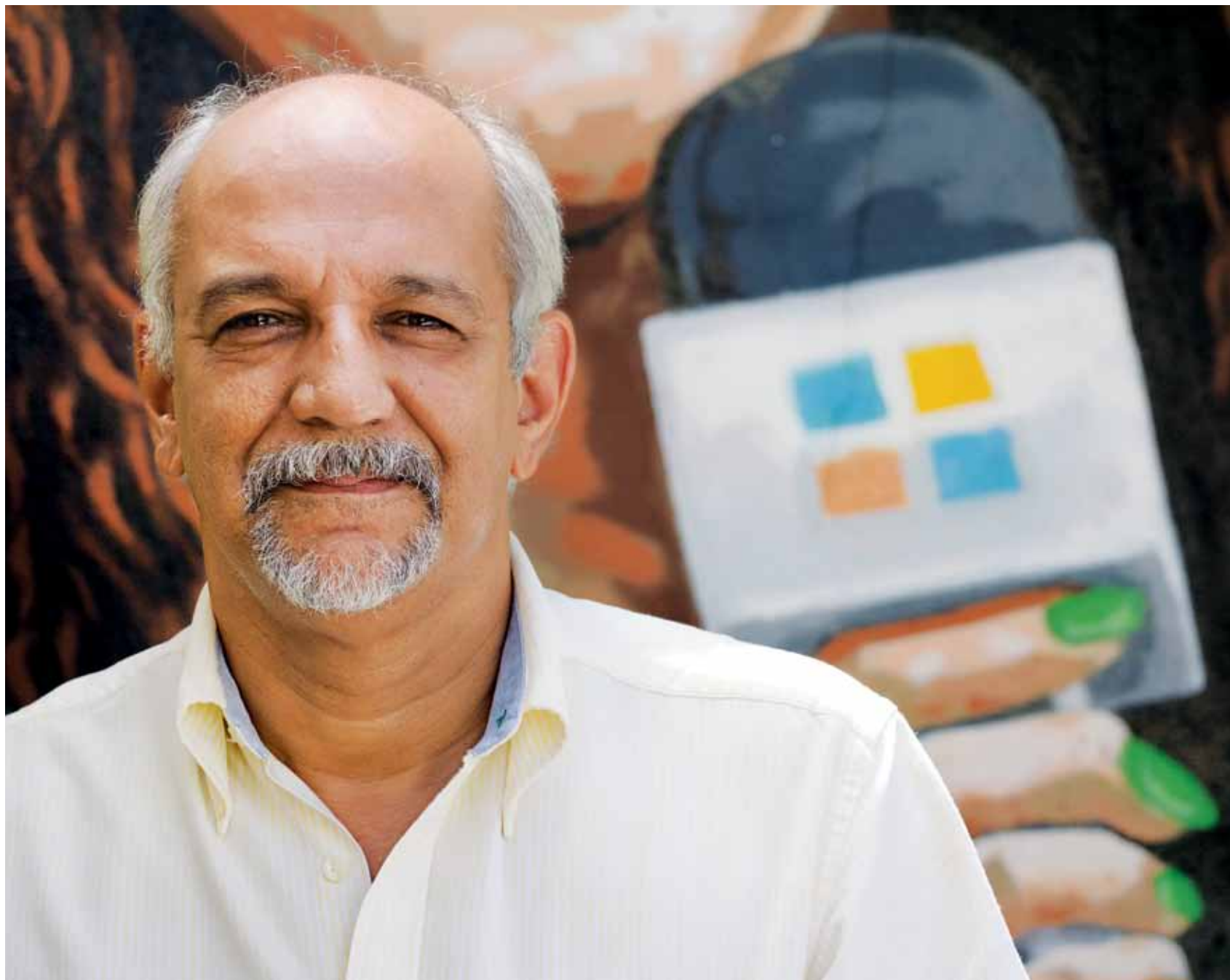
- ▶ **Financiamento:** não foi definida fonte específica. Recursos virão do Fundo Verde do Clima e de outras agências. Noruega, Reino Unido e EUA lançaram iniciativa de US\$ 280 milhões para apoiar o Redd+.
- ▶ **Transparência:** site unfccc.int/redd disponibilizará informações a partir de dezembro sobre estratégia nacional de Redd+, financiamento e cálculos das emissões.
- ▶ **Salvaguardas:** incluem governança transparente, respeito ao conhecimento

- e direitos dos povos indígenas e comunidades locais e ações consistentes com a conservação florestal e a biodiversidade.
- ▶ **Monitoramento:** implantação de sistemas nacionais de monitoramento florestal com medição, relato e verificação (MRV) baseados no sensoriamento remoto e observações de campo.
- ▶ **Verificação:** doações condicionadas a escrutínio internacional do MRV e dos níveis de referência (que permite comparar as emissões a partir de uma

linha de base). Brasil possui o mais eficiente monitoramento.

- ▶ **Arranjos institucionais:** Varsóvia definiu que os países deverão criar uma agência para receber as doações e implementar o Redd+ ou designar um ponto focal para o assunto (no Brasil, o ponto focal é o MMA).
- ▶ **Vetores do desmatamento:** recebe uma abordagem açucarada no documento aprovado na COP-19 – genericamente, encoraja empresas, ONGs e governos a combater as causas da perda florestal, sem explicitar quais são.

■ Veja artigo em bit.ly/1fckPaP ■ Disponível em bit.ly/1hR9t5R ■ Sobre a plataforma, consulte documento aprovado na COP-19, disponível em bit.ly/1gdCB2W ■ Site do fundo: gcfund.org ■ Informações sobre a iniciativa em bit.ly/1n0mXB7. Reportagem do *The Guardian* revelou que não se trata de recurso novo; disponível em bit.ly/1ovynlw



Outra utopia de cidade

POR ANA D'ANGELO
FOTO MONARA BARRETO / IMAGENS DO POVO

Para quem sai da Zona Sul são dois ônibus, com risco de pegar a linha errada, já que os olhos estão acostumados àquela paisagem do cartão-postal em que vive a elite branca carioca. O Complexo da Maré impressiona, primeiro, pelo tamanho e formato – são cerca de 130 mil moradores em diversas comunidades e conjuntos habitacionais espalhados horizontalmente – e por estar às margens da Avenida Brasil e da Baía de Guanabara. O manguezal da Maré foi ocupado a partir do século XX por barracos e palafitas, depois aterrado pela população e pelo poder público. Virava notícia só quando o aglomerado inundava ou nos episódios de violência – ao menos três facções criminosas ali se alojam.

Tirando a enchente, pouco mudou com os anos, tal como as distinções periferia/centro, asfalto/favela que cuidam de perpetuar estereótipos, evitando um pensamento de transformações. A diversidade da Maré comporta, desde 2001, o Observatório de Favelas, organização social que trata de reposicionar o tema e os espaços populares na vida da cidade. “A favela e a periferia sempre estiveram presentes na agenda da cidade a partir de ‘pré-conceitos’ que se tornaram ‘conceitos’: espaços de carência, ilegalidade, informalidade e da violência. É preciso entender a favela como possibilidade de construir uma outra utopia de cidade”, afirma → **Jorge Luiz Barbosa**, um dos fundadores do Observatório de Favelas, que falou para esta edição de PÁGINA22.

☑ Mestre em Geografia pela UFRJ, doutor pela USP, com pós-doutorado em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona. Nascido no bairro do Caju, no Rio, é um dos fundadores do Observatório de Favelas, organização localizada no Complexo da Maré



O Observatório de Favelas (OF) é uma organização social criada em 2001 com a perspectiva de construir conhecimento sobre as favelas e espaços populares. Nesses primeiros anos, o objetivo central era incentivar essa produção de informações e, ao mesmo tempo, formar pesquisadores locais, nas comunidades. Os próprios fundadores e hoje diretores vieram dessas comunidades? Podemos dizer que, no início do Observatório, a ideia era levar a favela e a periferia para a pauta de discussões da sociedade? Torná-la visível? Fale sobre esse começo e o que implica uma organização social surgir de gente de dentro da realidade vivida.

O Observatório é uma instituição que busca a produção de conhecimento. Nós somos oriundos de espaços populares e passamos pela universidade. Nunca nos afastamos das nossas relações de pertencimento aos espaços populares. A ideia de construir um observatório era ter uma instituição capaz de construir conhecimento inovador, fazer desse conhecimento uma mediação para a ação pública, sobretudo colocando a favela na agenda da cidade de uma forma positiva. A favela e a periferia sempre estiveram presentes na agenda da cidade, mas de uma forma negativa, com base em “pré-conceitos” que se tornaram “conceitos”: espaços de carência, ilegalidade, informalidade e da violência. E cujo receituário era remoção, ou seja, a favela sempre vista como problema ou distorção da urbanização acelerada do território brasileiro.

A ideia era, a partir da produção de conhecimento, colocar a periferia e a favela de uma forma positiva e positiva. Mostrar que ela é produto das contradições da cidade e das desigualdades sociais, da distinção territorial dos direitos e, ao mesmo tempo, é uma expressão legítima do direito de habitar a cidade por parte de grupos sociais mais vulneráveis, mais desiguais. Isso gera uma inversão, uma inflexão política do lugar da favela na agenda. Em vez de ser um problema, ela se torna uma esfera da busca pelo direito de cidade. “Ah, precisa urbanizar as favelas”, dizem. Claro, é preciso ter saneamento, habitações qualificadas, equipamentos culturais e educacionais, ou seja, toda a urbanidade que uma ci-

dade possui. Mas, mais que isso, é preciso entender a favela como possibilidade de construir uma outra utopia de cidade. Novas sociabilidades, novos encontros e experiências de estar com o outro, reconhecimento de que somos uma sociedade diferente e plural. Tentamos pautar não um projeto para a favela, mas um projeto para a cidade, um projeto novo e radical de cidade.

Quem eram vocês há 13 anos, quando da fundação do OF? Eram colegas de universidade, vizinhos de bairro?

Eu e Jailson (*Jailson de Souza e Silva também é fundador e diretor do OF*) estudamos juntos, na mesma universidade, no curso de Geografia. E sou do Caju (*bairro da região central do Rio*) e o Jailson é de Brás de Pina (*bairro da Zona Norte*), depois ele se mudou para a Maré. Nós viemos de bairros populares e já tínhamos alguma experiência de militância. Ele, mais na militância católica popular; eu, mais na militância estudantil. Ele já fazia um trabalho na Maré e me convidou para trabalhar no censo da Maré, na leitura dos dados. Fui ficando e resolvemos criar uma instituição, como um observatório, que não fosse da Maré, e sim para

a Maré. Fizemos um projeto para a Fundação Ford e durante dois anos tivemos esse apoio, criamos um grande projeto de formação de pesquisadores populares, o que abriu o horizonte de construção da instituição que acabou ficando na Maré, nosso berço.

E como foi a transformação do OF ao longo do tempo, quando passou a abrigar pessoas com formações e origens diversas? Isso foi guiado pelos projetos?

Nós passamos a entender que havia uma agenda de democratização da cidade a partir de políticas públicas. E passamos a entender quais os campos principais do debate para o direito à cidade, trabalhando em grandes temáticas. Direitos Humanos, por exemplo, para nós é decisivo, diante do processo brutal de repressão e violência, porque, de fato, consideramos que as favelas não são violentas. Elas são mais duramente afetadas pela violência. Isso faz uma inflexão na política de segurança pública, ou seja, a favela é um lugar de pessoas mais desprotegidas, mais frágeis e vulneráveis à violência urbana. Porque o Estado abdicou das favelas e

Favelas não são violentas, e sim as mais afetadas pela violência

não impediu, de uma forma segura e efetiva, que elas fossem ocupadas por grupos criminosos e armados. Criamos outra linha para se pensar os Direitos Humanos, trazendo esse debate para dentro do território.

Entramos também na educação, pois entendíamos que a política de educação no campo da universidade era um divisor de águas que não superava as desigualdades. Sobretudo as desigualdades raciais e territoriais. Queríamos que a universidade abrigasse de fato a democracia e os grupos populares e não estivesse tão distante que as pessoas não pudessem sonhar. Então criamos o projeto Conexões de Saberes, de 2005 a 2008, que depois se tornou uma política pública do MEC (*Ministério da Educação*) e hoje é um PET, ou Programa Especial de Treinamento do Ministério da Educação. Esse projeto que desenhamos aconteceu em 33 universidades. O MEC absorveu muita coisa do projeto. E isso deu a possibilidade de o Ministério trabalhar a política de cotas com muito mais conhecimento do que acontecia em termos de ingresso e permanência dos jovens nas universidades. Fizemos uma grande pesquisa em 33 universidades brasileiras sobre a questão do ingresso, pegando os cursos mais procurados e os menos procurados e como o jovem de origem popular ingressava em um lado ou outro.

A partir daí, vimos que estudantes de escolas privadas ou escolas públicas federais têm muito maior probabilidade de entrar nos cursos de maior concorrência do que os de origem popular. Outro dado foi a renda familiar. Filhos de determinadas classes com maior renda e propriedade também têm maior chance de entrar nas universidades. Isso já estava consagrado, mas conseguimos comprovar pelas pesquisas.

O que não estava comprovado e foi determinante para uma política pública afirmativa foi um dado que a gente descobriu: a escolaridade dos pais, o currículo implícito. Um jovem de origem popular, em média, entrava aos 24 anos na universidade, entrava quando estava na hora de sair. Já tinha um recorte aí e outras implicações: a variável fundamental era a escolaridade dos pais. Ou seja, um jovem cujo pai e mãe têm mestrado, doutorado ou graduação tem muito mais chance de entrar na universidade do que pela questão da renda ou pelo fato de ter passado por escola privada. Porque esse jovem teve acesso a um livro, ia ao teatro, ao cinema, tinha um currículo implícito que o distinguia dos demais. O capital social e cultural tornava-se fundamental para o vestibular e para entrar no curso.

Sem políticas, o jovem da Rocinha levaria 100 anos para alcançar a escolaridade do jovem de São Conrado

Ao juntarmos um recorte racial – nós sabemos que grande parte dos negros tem mais dificuldade de acesso – e a questão social (o currículo implícito), ficou evidente que, para superar essa situação de desigualdade social que a universidade reproduzia, só com uma política de ação afirmativa, de cotas. Entre um jovem que mora na Rocinha e outro que mora em um apartamento em condomínio de São Conrado, apesar de serem vizinhos, há uma territorialidade muito diferente. Um jovem da Rocinha para alcançar um nível de escolaridade de um jovem de São Conrado levaria 100 anos sem as políticas públicas de acesso.

Passamos a pautar esse debate nas universidades, que se beneficiaram desses estudos. Eu e Jailson, por exemplo, fomos os primeiros das nossas famílias a entrar na universidade, o que mostra como ela esteve distante dos projetos e sonhos de uma grande parte da população, por muitas gerações. Esse foi um projeto que deixou um lastro.

Também tivemos outros, como o programa para redução da violência letal. Fizemos uma pesquisa em 16 cidades brasileiras e criamos um índice de homicídios entre jovens e adolescentes, mostrando na pesquisa quem eram os jovens mais vulneráveis ao homicídio. Negros, moradores de favelas e de periferias são os mais vitimados, seja pela ação da polícia, seja em decorrência do enfrentamento entre facções criminosas. Criamos um guia de redução de violência letal que se tornou política pública federal para os municípios, com apoio do Unicef (*Fundo das Nações Unidas para a Infância*) e da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Esse também é um legado importante que o Observatório deixou em termos de política pública.

Centro/periferia ou asfalto/favela são palavras e distinções ainda usadas correntemente. Como as entende? O que elas compreendem (território, condição financeira, diferença) e o que suscitam?



Os shoppings devem se assumir como espaço público. Ou acham que não têm nada a ver com a sociedade?

Quando se colocam essas palavras, o que querem dizer? Sempre tem uma conotação de valorização. Só existe centro se houver periferia, asfalto se tiver favela. Ideias de superiorização e de que o mundo pode ser partido em coisas binárias, de que o centro não seria o centro sem a periferia. Existem conflitos e tensões que precisamos trabalhar, mas não de uma forma distintiva, que tem consequências sérias em relação à própria vida de quem habita cada espaço. Essas palavras trazem a ideia de que vivemos em cidades partidas, metrópoles partidas, e isso acaba ocultando a questão da desigualdade socioeconômica que se expressa territorialmente e que nós chamamos de distinção territorial de direitos. Algumas pessoas na cidade têm mais direitos que as outras. Por isso a vida de algumas pessoas é mais valorizada que a de outras.

Ou seja, essas construções binárias ocultam contradições e conflitos e perpetuam e naturalizam as desigualdades. Nosso exercício é “desnaturalizar” a desigualdade. A diferença no Brasil acaba servindo de legitimidade para a desigualdade. “Ah, você é assim porque é mulher, porque é negro, é favelado.” Ou seja, nós temos de ser bastante efetivos na valorização da diferença e na superação da desigualdade. Como se faz isso? A política pública no âmbito da cultura, da urbanidade, dos direitos à vida, da comunicação e educação tem de se pautar por uma inflexão territorial dos direitos públicos. Tem de tratar de modo desigual os desiguais.

Se não tiver uma inflexão territorial, vamos ter uma concentração de investimentos públicos em determinados espaços da cidade que só reproduzem a desigualdade. As favelas e periferias têm de ser reconhecidas como espaços de produção de arte, de sociabilidade que podem construir um novo projeto de cidade. Você supera a ideia de periferia e aponta a periferia como centro difusor de cultura, de arte, experiências de solidariedade, de invenção de possibilidades. Hoje a periferia é essa centralidade importante.

Há alguns anos a periferia e a favela chegavam à mídia quando se tratava de violência, exclusão social, pobreza, mundo informal. Vimos o rolezinho, a veiculação da imagem das favelas nas novelas e na publicidade, em reportagens que traçam o perfil das classes C, D e E. Até que ponto não se trata de meras substituições de temas para manutenção dos estereótipos? O que mudou?

Existe um foco em cima de estereótipos e que tende a ser romantizado. Quando se fala do fenômeno do rolezinho, vemos que ele acontece nos shoppings de periferia da cidade. Por quê? O shopping de periferia é para o menino frequentar se ele não tem um museu, uma praça, um parque, uma biblioteca, onde ele vai fazer o seu encontro? Ele tem suas tramas virtuais, mas chega um momento em que os caras querem dar beijo na boca, se abraçar, tirar fotografia, conversar, se tocar. Pra onde eles vão? Os shoppings das periferias precisam reconhecer que devem se tornar espaços públicos. E abrigar a diferença. Ou a propriedade privada acha que não tem nada a ver com a sociedade? É uma ilha fechada em si mesmo que só vai tratar as pessoas como consumidores?

Por outro lado, nessas imagens que estamos vendo na mídia, seja na TV, seja no cinema, a favela virou um espetáculo. O espetáculo da violência. As cenas de um filme que espetaculariza a violência acontecem onde? Na favela. Então tem também uma espetacularização da pobreza, da cultura e, na verdade, o que isso contribui para que a favela entre na cena política? Muito pouco, porque em tudo se mantém os estereótipos. Então como ela deve entrar na mídia? Como ela é.

A favela e a periferia são legítimos espaços de luta para habitar a cidade, pelo direito à cidade, mas existem conflitos, contradições, desemprego, violência doméstica, tem a presença do narcotráfico, tem a ação violenta da polícia, tem habitações e situação de risco. Então, não dá pra glamorizar a favela. Ela precisa ser vista como esforços de gerações e gerações pelo legítimo direito de morar. Reconhecer não significa achar que está tudo legal. Eu conheço a periferia de São Paulo, falta saneamento, há problemas ambientais sérios, desemprego, violação de direitos, ou seja, quando passa na novela Salve Jorge, as pessoas estão desfilando, dançando, sambando no bar. Existe isso, mas tem contradições e conflitos também que precisam ser compreendidos e considerados.

E o fato de a periferia ser vista hoje como um grande mercado de consumo? O rolezinho, nesse caso, seria apenas a exposição desses sinais? A periferia, assim como toda a sociedade, está ditada por aspirações que emergem de um modelo de consumo capitalista? De um modo se liga com questões ambientais, climáticas, por exemplo?

O Brasil é um dos principais mercados de carros do mundo. A ideia consolidada pelas próprias classes dominantes é que a cidadania está ligada a consumo. Ou seja, sou mais cidadão quanto mais eu consumo. É a partir da aquisição de bens distintivos que as pessoas se afirmam, se valorizam. Então, de certo modo, a política econômica traz essa subjetividade. Pensamos que a política econômica é objetiva, dinheiro aqui, mercadoria ali, mas ela tem uma forte subjetividade. Eu sou melhor do que você em função do objeto que eu compro. Então você está diante de um dilema entre o consumidor e cidadão. Vamos voltar às pessoas. As pessoas que moram nas favelas e periferias não estão em uma ilha, elas participam da vida urbana, vivem em uma cultura urbana, com valores, juízos e distinções que são hegemônicos na sociedade.

Então você quer que o cara da favela seja ecologicamente correto? Não dá, né? Ele não tem saneamento, não tem coleta de lixo regular, a beira do rio enche sempre, mas, sim, ele precisa ser ecologicamente correto. A sociedade pode ser incorreta. Eles estão inseridos numa sociedade de consumo onde o consumidor vale mais que o cidadão. Como você muda isso? Com política pública. Por exemplo, as pessoas da periferia de São Paulo e do Rio de Janeiro gastam quantas horas para chegar ao trabalho e voltar? Duas, três horas? Num ônibus apertado ou no trem lotado. Duas horas pra ir, duas pra voltar. A que horas essa pessoa dorme, lê, se diverte, encontra os amigos? Ora, se é possível ter a oportunidade de comprar um carro e se livrar daquele negócio apertado que não obedece a horário e te maltrata, a pessoa vai comprar um carro, uma moto. Ela está tentando solucionar individualmente algo que devia ser solucionado do ponto de vista coletivo.

Uma das nossas grandes linhas de intervenção é a mobilidade, não só a circulação. Ou seja, nós precisamos ter uma política hoje de transporte coletivo humanamente responsável e de qualidade. Eu não

posso gastar quatro, seis horas, isso é um processo de dilapidação de corpos no trabalho. Porque o padrão quer que ele chegue na hora e saia na hora. O que ele faz fora desse período e como faz, pouco importa. Portanto, uma política ambiental hoje importante – relacionada à favela e à periferia – precisa valorizar a dimensão humana da nossa existência, independente da raça, gênero, orientação sexual. Uma política de direitos que valorize nossa vida, a dimensão humana como dimensão ecológica, pois não somos humanos plenos se não tivermos a natureza. Nós, em essência, somos a natureza.

Como se combina isso, uma política ambiental e uma política cidadã, de direitos?

Não é dizer para as pessoas não consumirem. Qual a possibilidade de a gente fazer uma política de direitos que garanta toda uma mudança no nosso modo de vida? Há tantas tradições culinárias, medi-

cinais nas favelas, mas absolutamente subalternizadas, subterrâneas, despidas de valor. Como se retomam outras culturas de vida? Como criar uma política de habitação que dê conta da mobilidade e que não seja essa, por exemplo, do Minha Casa Minha Vida? Aqui no Rio de Janeiro

o programa coloca todo mundo na Zona Oeste, com um processo brutal de desmatamento dessas áreas, que eram rurais, com sítios, desprovidas de equipamentos culturais, educacionais, de transporte público. Nós estamos vendo um processo de “reperiferização” da pobreza, de distanciamento dos pobres das áreas centrais da cidade. Por outro lado, temos de observar que o discurso ambiental do poder público, de enchentes e áreas de risco, tem se prestado a políticas de remoção.

Quando caracterizamos o debate ambiental, temos de ter uma leitura muito crítica. Assim como se fala centro/periferia, favela/asfalto, os termos ambientais também são apropriados para políticas arbitrárias e autoritárias que legitimam as diferenças e desigualdades. É preciso entender que o risco de desabamento é em ponto, não em área. Se há uma pessoa em risco, uma casa em risco, é preciso atenção a ela. Inclusive fazer de tudo para que ela permaneça na própria comunidade, porque ali ela tem relações de parentesco, de amizade, de confiança. Isso é fundamental. Para a classe média a unidade básica de proteção é a família. Para o pobre, é o território. **zz**

Para a classe média, a proteção é a família. Para o pobre, é o território

Esta entrevista é resultado da parceria firmada entre PÁGINA22 e Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), que prevê a publicação mensal de textos sobre temas estratégicos para a construção da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável.



Êxodo suburbano

Nos Estados Unidos, a população das áreas centrais cresce mais que nas bordas. Segundo jornalista, os subúrbios tornaram-se irrelevantes para a geração do milênio

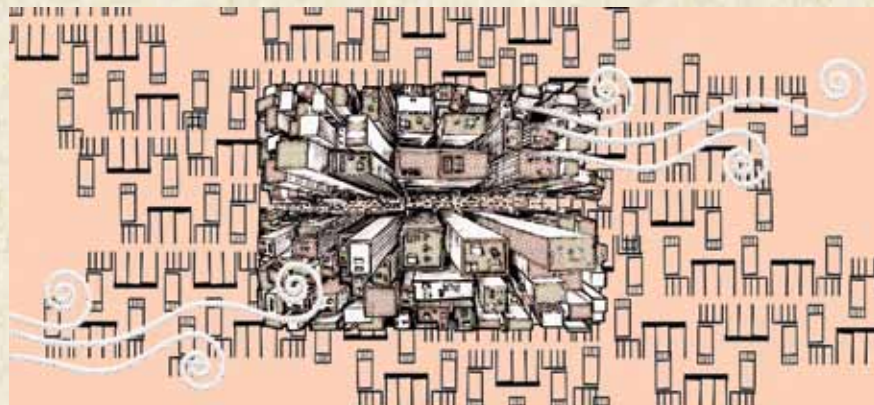
Os americanos estão trocando as mansões e gramados dos subúrbios pelos centros urbanos, revertendo uma tendência iniciada há mais de 100 anos, quando os automóveis permitiram a expansão de seus horizontes. A população das áreas centrais das cidades está crescendo a um ritmo maior do que a da periferia em 27 das 51 áreas metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes, segundo o censo dos Estados Unidos. É uma revolução demográfica que pode ter impactos ambientais positivos no futuro.

Um livro recém-lançado, *The End of the Suburbs (O Fim dos Subúrbios)*, de Leigh Gallagher, tenta entender esse fenômeno. A autora, que é jornalista da revista *Fortune*, diz que os subúrbios dos EUA estão se tornando pobres e violentos, perdendo o *glamour* e a capacidade de reter jovens e empresas. ■

Desde 2006, ela escreve, praticamente nenhum shopping center foi construído em uma área suburbana. Dados da Brookings Institution, organização independente que estuda políticas públicas urbanas no país, vão na mesma direção, e mostram que hoje há mais pobres vivendo na periferia do que nas cidades e zonas rurais. A população abaixo da linha de pobreza que vive nos subúrbios cresceu 65% desde 2000.

Além disso, o país também estaria vivendo uma revolução demográfica, como o encolhimento das famílias e o desinteresse das novas gerações em casar, ter filhos e até mesmo dirigir. Segundo Leigh Gallagher, os subúrbios tornaram-se irrelevantes para a geração do milênio, jovens que nasceram após 1980 e chegaram ao mercado de trabalho a partir da virada do século.

“Vivi meus 47 anos em subúrbios, e achava completamente impensável sair



dali”, diz Cathy Nguyen, que se mudou recentemente para a minha vizinhança em Portland, no estado do Oregon, por insistência do marido, que conseguiu um emprego na cidade. “Hoje, vejo que se paga um alto preço para viver no subúrbio”, ela diz, encantada com a possibilidade de andar até uma padaria ou biblioteca pública.

O filho mais velho, que está terminando a universidade na Califórnia, tem um carro que nunca tira da garagem. O segundo, na escola secundária, não tem o menor interesse em tirar carta. Para Cathy e sua família, o subúrbio já não faz qualquer sentido.

Qual a relevância dessa tendência de um ponto de vista ambiental? Enorme – quem mora na cidade dirige muito menos, tem residências menores (e, por conseguinte, utiliza menos energia com refrigeração, aquecimento e iluminação) e requer menos investimento em infraestrutura e insumos *per capita*. Não é à toa que as cidades têm uma pegada de carbono muito menor do que os subúrbios.

Estudos recentes indicam que todos os ganhos de escala das cidades americanas são cancelados pelo desperdício da expansão dos subúrbios. “A pegada de carbono média de uma família que vive no centro de uma metrópole densamente povoada é cerca de 50% inferior à média, enquanto a de uma família em subúrbios distantes é até duas vezes su-

perior a média: uma diferença de quatro vezes entre os locais de menor e maior emissão (*de gases estufa*)”, escreve Daniel Kammen, do Laboratório de Energias Renováveis e Apropriadas de Pesquisadores da Universidade da Califórnia em Berkeley na edição de fevereiro da revista *National Geographic*.

Kammen, juntamente com Christopher Jones, do mesmo laboratório, acaba de divulgar um mapa que esmiúça as disparidades regionais da pegada de carbono doméstica dos EUA. Ele lembra que os principais responsáveis pela pegada de carbono são a renda doméstica (consumismo), a posse de um carro e o tamanho da casa, todos elementos consideravelmente maiores no subúrbio.

The End of Suburbs foi recebido com ceticismo por alguns urbanistas e jornalistas que acham que o anúncio da morte dos subúrbios foi precipitado. Eles lembram que nem todas as comunidades suburbanas são iguais. Algumas têm centros comerciais e economia vibrantes e continuam atraindo empresas e jovens.

Mas está cada vez mais claro que os subúrbios que negligenciam o transporte público e impõem longas horas ao volante têm pés de barro e estão fadados à decadência. Quem diria que a sociedade mais “carrocêntrica” e exuberante do planeta um dia aspiraria a uma vida mais simples, contida e sustentável.



Um acordo pela economia circular

Setor privado propõe incorporar às cadeias globais de valor uma logística reversa capaz de influenciar o *design* dos produtos, seu consumo e a recuperação de materiais

O modelo produtivo que consiste em retirar matérias-primas da natureza, processá-las, oferecer os resultados ao consumo e descartar seus remanescentes está com os dias contados. Essa forma linear de utilização dos recursos, típica da sociedade do jogar fora, será substituída por uma economia circular e regenerativa. O conceito vem sendo utilizado por inúmeras organizações e especialistas. Em 2012 e 2013 a Fundação Ellen MacArthur já havia publicado dois excelentes relatórios ■, tanto mostrando a ineficiência material e energética do que se produz hoje como sugerindo caminhos para sua transformação.

Agora, acaba de receber uma síntese extraordinariamente benfeita no Fórum Econômico Mundial. Desta vez, a Fundação apoia-se na consultoria McKinsey e alia-se ao Fórum Econômico Mundial em uma proposta com potencial de mudar a qualidade da discussão contemporânea sobre desenvolvimento sustentável. Não se trata de reciclagem, nem de temas que interessam estritamente aos especialistas em resíduos sólidos. O objetivo tampouco se restringe a valorizar as formas localizadas de recuperação de rejeitos.

FRONTEIRA DE INOVAÇÃO

A ambição desse indispensável relatório é incorporar a ideia de economia circular ao âmago das cadeias globais de valor. Algo como uma logística reversa global e que exerça influência estratégica sobre o *design* dos produtos, seu consumo e a recuperação dos materiais em que se apoia. Uma proposta de planejamento econômico que vem do setor privado e que estabelece metas sobre a maneira como se utilizam os recursos materiais, energéticos e bióticos dos



quais depende a reprodução social.

O crescimento econômico mundial entre 1850 e 2000 teve nos preços declinantes das matérias-primas minerais e agrícolas um de seus vetores decisivos. Essa tendência secular foi revertida desde o início do milênio. Em meio a inédita volatilidade, os preços médios das *commodities* (incluindo petróleo, claro) aumentaram 150% entre 2002 e 2010.

Em nenhuma década do século XX, a volatilidade dos preços dos minérios e das *commodities* agrícolas (alimentares e não alimentares) foi tão forte como desde o ano 2000. A entrada nos mercados globais de mais de 3 bilhões de novos consumidores até 2025 pressiona a disponibilidade de recursos indispensáveis para a indústria e aumenta seus custos de exploração.

Existem duas condições para que a economia circular ofereça alternativa a esse estrangulador aumento de custos. A primeira reside na identificação dos objetos por radiofrequência e, portanto, na possibilidade de seu rastreamento, independentemente de onde estejam. A “internet das coisas” é uma das bases centrais da economia circular: hoje

existem mais objetos do que pessoas ligadas entre si por dispositivos digitais: 12 bilhões de dispositivos em 2010, com previsão de aumento para 25 bilhões em 2015 e 50 bilhões em 2020.

A visibilidade das bases materiais e energéticas dos processos industriais é hoje maior que nunca e só tende a crescer. Em sua planta de Choisy-le-Roi, a Renault fabrica peças de reposição com base no reaproveitamento de remanescentes usados, o que reduz os preços ao consumidor, diminui o consumo de água, energia e as emissões de gases de efeito estufa. Nesse sentido, os exemplos pioneiros contidos no relatório parecem muito promissores.

A segunda condição decisiva para a economia circular é de natureza política e, de certa forma, ética. Ela envolve intenção e articulação entre atores econômicos. Uma economia circular supõe *design* voltado para eliminar a noção de lixo. Para isso, não se pode contar com o movimento espontâneo das forças de mercado. O relatório sugere um conjunto específico de materiais (papel, papelão, plásticos, produtos siderúrgicos, entre outros) para os quais devem ser criados, durante os próximos cinco a dez anos, mecanismos que permitam ampliar exponencialmente sua reutilização.

Trata-se de uma das mais fascinantes fronteiras da inovação contemporânea e que só poderá emergir se as cadeias globais de valor se reorganizarem para obedecer a essa lógica de revalorização de seus nutrientes técnicos e bióticos.

É impossível saber se as condições políticas para tal conquista civilizacional no plano produtivo estão dadas. Mas, se ela ocorrer, os países cujo crescimento vem basicamente da exploração de matérias-primas minerais e agrícolas e que estão na retaguarda da sociedade da informação em rede enfrentarão imensas dificuldades para acelerar seu processo de desenvolvimento.

Eu, tu, **eles**

Heterogêneo, pulsante e poderoso, o caldo das periferias desafia estereótipos e empacotamentos. A cultura transformadora de quem vive nas bordas de um suposto centro social-político-econômico prova que a riqueza está em respeitar as diferenças, cultivar a diversidade e tecer pontes

POR **MAGALI CABRAL**

A criatividade que salta das bordas urbanas e a formação de cidadania convidam a valorizar a palavra "periferia"

Diante de uma oportunidade, pode ser que muitos moradores de bairros da periferia escolham mudar-se para áreas centrais, onde o poder público se faz mais presente. E o inverso? Será verdadeiro? A técnica em radiologia do serviço público de saúde Eliane Filomena Pedrotti é prova de que sim. Prestes a se aposentar, há um ano ela trocou a Mooca, tradicional bairro no centro expandido de São Paulo, pelo distante Jardim Keralux, que 18 anos atrás começou a brotar sobre um solo contaminado nas franjas de Ermelino Matarazzo, distrito da Zona Leste da cidade, e se tornou o chão de cerca de 2,5 mil famílias. Não, Eliane Filomena não passava por dificuldades financeiras.

Ela veio no rastro da filha Priscila, que cursa Lazer e Turismo na vizinha USP Leste, e encontrou ali um novo projeto de vida. Ao lado da líder comunitária Terezinha Oliveira, Eliane ajuda a engrossar a turma de voluntários organizada pelo incansável **→ Padre Ticão**, que não dá descanso aos secretários municipais nem ao subprefeito da região. “Fui acolhida pela comunidade do Keralux como nunca havia sido em outro lugar, comprei uma casa aqui e me juntei à luta por melhorias.” A julgar pelo **→ rol de demandas** dos moradores reunidos sábado de manhã (15 de fevereiro) na pequena praça do bairro, Eliane Filomena encontrou trabalho para uma vida.

Ao transformar o Jardim Keralux no centro da própria vida, Eliane Filomena sem saber ajudou a problematizar um pouco mais o conceito de “periferia”. Do ponto de vista de quem habita o centro geográfico da cidade,

essa mulher se deslocou no contrafluxo. Seria esse um sinal da existência de uma fronteira separando o centro da periferia? Nesse caso, quem a criou? Terá sido o poder público, na medida em que serviços e equipamentos alcançam precariamente as extremidades do município? Ou, quem sabe, é só uma questão de estrato socioeconômico, definido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) como classes A, B, C, D e E, em que quanto mais “A” mais ao centro? Ou de grau de escolaridade, em que quanto menos títulos acadêmicos mais à periferia? Nenhuma das questões anteriores ou todas elas? Quem souber a resposta, haverá de saber também por que o rolezinho “causou” tanto em São Paulo.

PRA LÁ DE MARRAKESH

O intelectual palestino-americano Edward Said se surpreendeu com o sucesso mundial do seu *Orientalismo*, livro de 1978, em que desvenda o caráter arrogante da construção do termo “Oriente” pelos colonizadores europeus (França e Inglaterra, com o apoio dos Estados Unidos), por denotar uma suposta superioridade da cultura ocidental europeia em relação ao “exotismo” dos países e povos árabes e asiáticos.

Longe de significar apenas uma referência inocente aos hemisférios, para Said, a divisão do mundo em “Oriente” e “Ocidente” intensificou as diferenças e dificultou a aproximação entre as várias culturas. O geógrafo Jorge Luiz Barbosa, fundador do Observatório de Favelas, de certo modo transporta a tese do Orientalismo para o século XXI e para o Brasil ao afirmar que “construções binárias ocultam contradições e conflitos,

perpetuam e naturalizam as desigualdades” (*mais em Entrevista à pág. 14*).

Nesse caso, será “periferia” a melhor expressão a ser usada para se referir aos bairros mais afastados do centro da cidade? O filósofo Ludwig Wittgenstein diria que o significado na linguagem está no uso que dela se faz em jogos linguísticos particulares. Nesse caso, a criatividade que pulsa hoje nas periferias urbanas brasileiras (*quadro à pág. 27*) talvez seja de fato um convite à valorização do termo “periferia”.

A jornalista Aline Rodrigues, do coletivo de comunicação Periferia em Movimento **■**, idealizado juntamente com outros **→ três colegas** em 2008, pensa que sim. “Entendo que existam várias opiniões sobre esse assunto, mas a minha é a de que ainda é preciso destacar, sim, o termo ‘periferia’.”

O coletivo de comunicação foi criado – a princípio seria apenas um trabalho de conclusão de curso da faculdade – porque o centro, e nele a grande imprensa, costuma retratar a periferia como um bloco homogêneo repleto de carências. “Nossa maior missão é mostrar as culturas transformadoras das periferias e deixar implícito que não somos um bolo só, com os mesmos gostos e escolhas na vida”, ressalta Aline.

Quando não é para mostrar o lado negativo, a grande imprensa se desloca até a periferia atrás de algo ou de alguém que já se tornou uma referência local ou nacional no universo cultural da periferia. “Faça uma busca e repare como os mesmos personagens e as mesmas histórias se repetem na grande mídia”, recomenda. “Portanto, ainda somos um tipo estereotipado.”

A razão do estereótipo pode estar na igno-

rância sobre o tema. “Quando falamos em periferia, pouco sabemos do que estamos falando”, diz a cientista social Ana Lucia Miranda, diretora da área qualitativa da **→ OMA Pesquisa**. “Esses são estudos que o Brasil está devendo a si mesmo.” Nos últimos anos, houve, afinal, um crescimento efetivo de renda, maior acesso a bens de consumo e à informação, embora de péssima qualidade, por meio da internet e da televisão. Tudo isso, segundo ela, criou uma ebulição no País. Muitas pessoas passaram a ter demandas que não tinham, tornaram-se mais críticas e estão realizando uma transformação. “O Brasil passa por um processo de formação de cidadania”, afirma.

A BELEZA DO MORTO

Independentemente dos estereótipos e da falta de estudos sobre a temática, o “centro”, ou o chamado *mainstream*, sempre viveu, vestiu e respirou cultura popular. Do samba dos morros cariocas ao *soul* e ao hip-hop das comunidades afro-americanas, há uma clara apropriação pelo “centro” dessa cultura nas suas várias modalidades – arte de rua, música, moda, literatura etc. (*Mais em Reportagem à pág. 34*.)

Produtores, curadores, editores e *designers* que trabalham para o capital empacotam e vendem tudo isso como tendência de mercado. Esse empacotamento parece funcionar como uma espécie de “linha de segurança”, que demarca o espaço social de cada um.

O rompimento dessa “linha” para além da arte, caso dos rolezinhos, seria um gatilho para expor os conflitos sociais? O antropólogo Alexandre Barbosa Pereira, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), afirma que um aspecto dessa valorização da chamada cultura de periferia é o da formação de novos atores sociais afirmando o orgulho de pertencer aos bairros periféricos da cidade.

■ Padre Antonio Marchioni, um dos principais líderes religiosos e comunitários da Zona Leste de São Paulo

■ As demandas mais urgentes são o asfaltamento – para o qual a Cetesb já deu parecer favorável no laudo das análises de contaminação do solo –, a regularização dos terrenos e uma passarela para pedestres e ciclistas entre o bairro e a estação USP Leste da CPTM

O termo “periferia” é mais usado em São Paulo do que no Rio de Janeiro, onde as favelas estão espalhadas por toda a cidade e não nas extremidades. Assim, o correspondente carioca à dicotomia paulistana “periferia-centro” seria “favela-asfalto”.

■ Empresa que faz pesquisas de opinião para o mercado

■ Ana Paula Fonseca, Sueli Carneiro e Thiago Borges, todos moradores de bairros do extremo sul de São Paulo

■ Acesse o site periferiaemmovimento.wordpress.com

O corpo da menina do funk também é uma revolução estética e cultural, que o capital buscará europeizar

Ele cita o sociólogo jamaicano → **Stuart Hall**, que dizia que a cultura periférica, apesar de marginal em relação ao *mainstream*, sempre foi um espaço absurdamente produtivo. E não há dúvida de que o mercado vai tentar capitalizar essas movimentações. Assim, conforme Hall, designações como “popular”, “periférico”, “alternativo” ou “negro”, de certa forma, atribuem uma ideia de autenticidade às expressões culturais.

Dependendo da legitimidade popular, muitos desses movimentos passam a ser expostos não mais por agentes da periferia, mas por artistas em posição mais central que querem atribuir originalidade a sua produção e se afirmar como um incentivador da cultura popular.

Ao se falar de apropriação da cultura popular, não se pode esquecer também do conceito da “beleza do morto”, criada pelo historiador francês Michel De Certeau. Ele se referia à valorização de determinadas manifestações culturais sem sequer a participação efetiva desses agentes. “Bom mesmo era o samba de raiz, não esse som deturpado que se ouve e dança atualmente nos bailes da periferia”, ironiza Pereira.

A arquiteta e urbanista → **Natacha Rena**, professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, também vê nesse movimento a lógica do capitalismo. Mais inteligente que o Estado, o capital assimila as produções populares em vez de bater de frente. Lembra o exemplo clássico da calça jeans – originalmente uniforme dos montadores de fábrica nos Estados Unidos –, de que os hippies se apropriaram em um movimento de contracultura anticapital. “Hoje algumas pessoas pagam R\$ 2 mil em uma calça jeans com *strass*”, exemplifica.

Esse mesmo processo já começa a acontecer com o funk, por exemplo. Para Natacha, essa é a música revolucionária atual, uma vez que

é construída dentro de um ambiente rebelde, machista e até racista, cujos habitantes brancos do centro, com uma cultura mais europeizada, não podem suportar. “O corpo nu da menina do funk, da popozuda, também é uma forma de rebeldia, de revolução estética e cultural. Essas meninas têm poder, por mais que o funk seja machista, por mais que a objetifique naquele contexto.” O trabalho costureiro do capital, prossegue a urbanista, é capturar essa música revolucionária e transformadora, adocicá-la e europeizá-la, substituindo suas letras por outras, de preferência que falem de amor. Assim como um dia aconteceu com o samba.

“ROLE-VOLUÇÃO”

Os recentes rolezinhos promovidos no Rio de Janeiro e em São Paulo jogaram um pouco mais de poeira no cenário sobre a existência ou não de fronteiras separando o centro da periferia, ou o povo do “asfalto” do povo das favelas. E não são só os meninos que se produzem para o rolê no shopping que confundem esse debate. As reações e posturas também dão o que pensar.

No final de fevereiro, a jornalista Cleo Guimarães publicou nota em sua coluna no jornal *O Globo* sobre a escandalosa foto do Morro do Vidigal, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, que decorava o → **Village Mall**, na Barra da Tijuca. Manipulada digitalmente, a favela do Vidigal, uma das maiores da cidade, simplesmente desapareceu. No lugar, só vegetação. Em tempo: o shopping culpou o decorador.

Navegando em águas opostas às dos argu-

📄 [Acesse a nota em glo.bo/1k7sf17](http://glo.bo/1k7sf17)

📄 **Falecido em fevereiro em Londres, o jamaicano Stuart Hall (1932-2014) dirigiu o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, e foi editor fundador da *New Left Review***

📄 **É também coordenadora do Programa DESEJA.CA, ou Desenvolvimento Sustentável e Empreendedorismo Solidário no Jardim Canadá**

📄 **Encontram-se nesse shopping as filiais de algumas das grifes mais sofisticadas do mundo, como Louis Vuitton, Prada, Burberry's e Gucci**

PULSAÇÃO NAS EXTREMIDADES

O sentimento que parece predominar entre os inúmeros agentes transformadores de bairros da periferia é o de que, se não dá para ir ao centro por ser muito longe ou muito caro, por que não transformar em centro o nosso bairro. “Depois de décadas de mobilização por saúde, moradia, transporte é hora de lutar também por coisas não materiais”, diz Jéssica Moreira, do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus, na Zona Norte da capital paulista, cujo objetivo é converter o prédio abandonado em centro cultural.

Do outro lado da cidade, o catador Pedro Henrique Mesquita conta: “Brigar com o poder público a gente não tem condições, então o jeito é botar a mão na massa”. Assim, ele mesmo coordenou a retirada de um lixão na entrada do Jardim Eliane, na Cidade Líder, Zona Leste. Reciclou o que pôde, criou esculturas de pneus e transformou o terreno limpo em um amplo campo de futebol que, na falta da grama, cobriu com capa de fio moída para a criançada não se machucar quando cair.

Em outra borda da cidade, rolam saraus e cinema na laje. São programas da agenda regular no Bar do Zé Batidão, no jardim São Luiz, na Zona Sul, promovidos pela Cooperifa, um movimento cultural criado pelo poeta Sérgio Vaz (*mais em Última à pág. 50*). Essa história está bem descrita no livro *Cooperifa, Antropofagia Periférica* (em alusão à Semana de Arte Moderna de 1922), que pode ser acessado em bit.ly/1nYfptS.

Conheça dezenas de outras ideias e soluções criativas em execução nas muitas periferias paulistanas no vídeo *São Paulo - Criatividade Sem Limite*, em youtu.be/zKzxyVFcDnQ (*mais em nota à pág. 6*).

mentos de Natacha, o antropólogo Alexandre Pereira entende que “os rolezinhos, assim como o funk ostentação, não pretendem resgatar nenhuma expressão cultural de raiz e não se propõem a uma contestação política ao sistema – ao contrário, exaltam o consumo de produtos considerados caros e acabam gerando certo desconforto à esquerda e à direita”.

Natacha Rena reconhece que o desconforto, de fato, atinge todos os lados. No entanto, ela vê, sim, um movimento político nos rolezinhos, ainda que não partidário. Normalmente, à periferia é permitido adentrar os centros mais ricos da cidade para trabalhar ou para consumir em silêncio. O rolezinho passa então a ser um movimento político, na medida em que as pessoas encontraram uma forma de furar a barreira do racismo associado à questão social e se colocar dentro dos shoppings de uma maneira empoderada, em grupo.

“Não podemos achar que porque eles entram no shopping e falaram que estão ali para pegar mulher e ostentar, que isso é um movimento da direita ou um movimento do capital. Não é. Usar a ostentação como ‘ingresso’ para frequentar o shopping é uma forma de rebeldia também às avessas da lógica de esquerda. Acho que a gente tem de entender tudo isso com um olhar muito cuidadoso, mais antropológico e menos racista”, opina.

FELICIDADE NO EXTREMO

Sem nunca ter ouvido falar em Eliane Filomena Pedrotti e sua guinada rumo à periferia da periferia, Natacha Rena a desvenda por acaso ao expor sua teoria sobre a potência de um país com o hibridismo brasileiro, formada por culturas negra, indígena, italiana, japonesa, espanhola e portuguesa. Segundo ela, deixar-se contagiar por essa mistura de forma menos preconceituosa é criar um Brasil mais autônomo e único no mundo, o que seria positivo até para o capital.

“A potência da precariedade também faz surgir um estilo de vida, muito mais visível nas favelas, baseado em solidariedade e no uso do espaço público. A rua é continuidade da casa, e a casa, continuidade da rua. Juntar todo mundo para assar um churrasquinho, beber cerveja e ouvir um samba ou um funk; essa alegria de viver em comunidade, o centro não tem. Lá, cada família na sua caixinha.”

A chuva que caiu forte naquele sábado de manhã sobre o Jardim Keralux não dispersou de todo a reunião por melhorias do Padre Ticão. Logo alguém abriu a porta de casa para abrigar o encontro e pediu para a nova vizinha Eliane Filomena se apressar. “Aqui eu sou muito mais feliz”, despediu-se. 📄

Colaboraram: Amália Safatle e Mônica C. Ribeiro

📄 **Leia a íntegra da entrevista com Ana Lucia Miranda na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/ página 22.**

Paisagem cindida

TEXTO E FOTOS MARCELO DELDUQUE*

Em algum ponto, a cidade morde a roça. Essa fronteira, inexata, subjetiva e dotada de uma força de transformação brutal, é o tema deste ensaio, que retrata o avanço urbano sobre uma região rural.

A área abordada pelo trabalho está circunscrita ao eixo São Paulo-Bragança Paulista, imediatamente vizinho à metrópole, território submetido à forte pressão demográfica e imobiliária, que expõe exemplarmente as formas pelas quais a expansão das cidades se opera no Brasil.

Poderia ser no Nordeste, na Amazônia ou no Sul. Não seria muito diferente.

A região escolhida deveu-se à minha ligação histórica e afetiva com ela, onde vivo e acompanho, há mais de três décadas, as transformações da paisagem. Trata-se de um processo de urbanização excepcionalmente rápido e caótico, desencadeado pela construção da represa do Jaguari-Jacareí, no final da década de 1970 – a principal do Sistema Cantareira, que abastece 8 milhões de pessoas na região metropolitana de São Paulo –, e intensificado, no final da década de 1990, pela duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga a capital paulista a Belo Horizonte.

O que fica e o que se perde das velhas estruturas materiais e imateriais? Como as ordens globais se fundem às formas rurais arcaicas? Das inquietações surgidas com o testemunho desse processo, nasceu a motivação para a produção destas imagens. Mas aqui o impulso criador foi no sentido de procurar alguma poesia em um processo tão dolorido a mim.



Fundo da represa Jaguari-Jacareí, em fevereiro de 2014

*Jornalista, fotógrafo e editor de livros. Acaba de lançar Prata-São Francisco- Amazonas – união das águas: imaginário das grandes bacias fluviais brasileiras (Alles Trade, 2013), coorganizado com Bené Fonteles.



Rodovia Fernão Dias, na divisa entre as cidades de Atibaia e Bragança Paulista



Área na margem de estrada em Bragança Paulista, retificada para a implantação de empreendimento comercial



Loteamento na Represa do Jaguari-Jacareí em 2006



Vista aérea da represa Jaguari-Jacareí em 2001



Eucalipto é retirado, e área é queimada para implantação de loteamento



Antiga estrada Bragança-Joanópolis, descoberta com a baixa da represa, em fevereiro de 2014

O morro **tem vez**

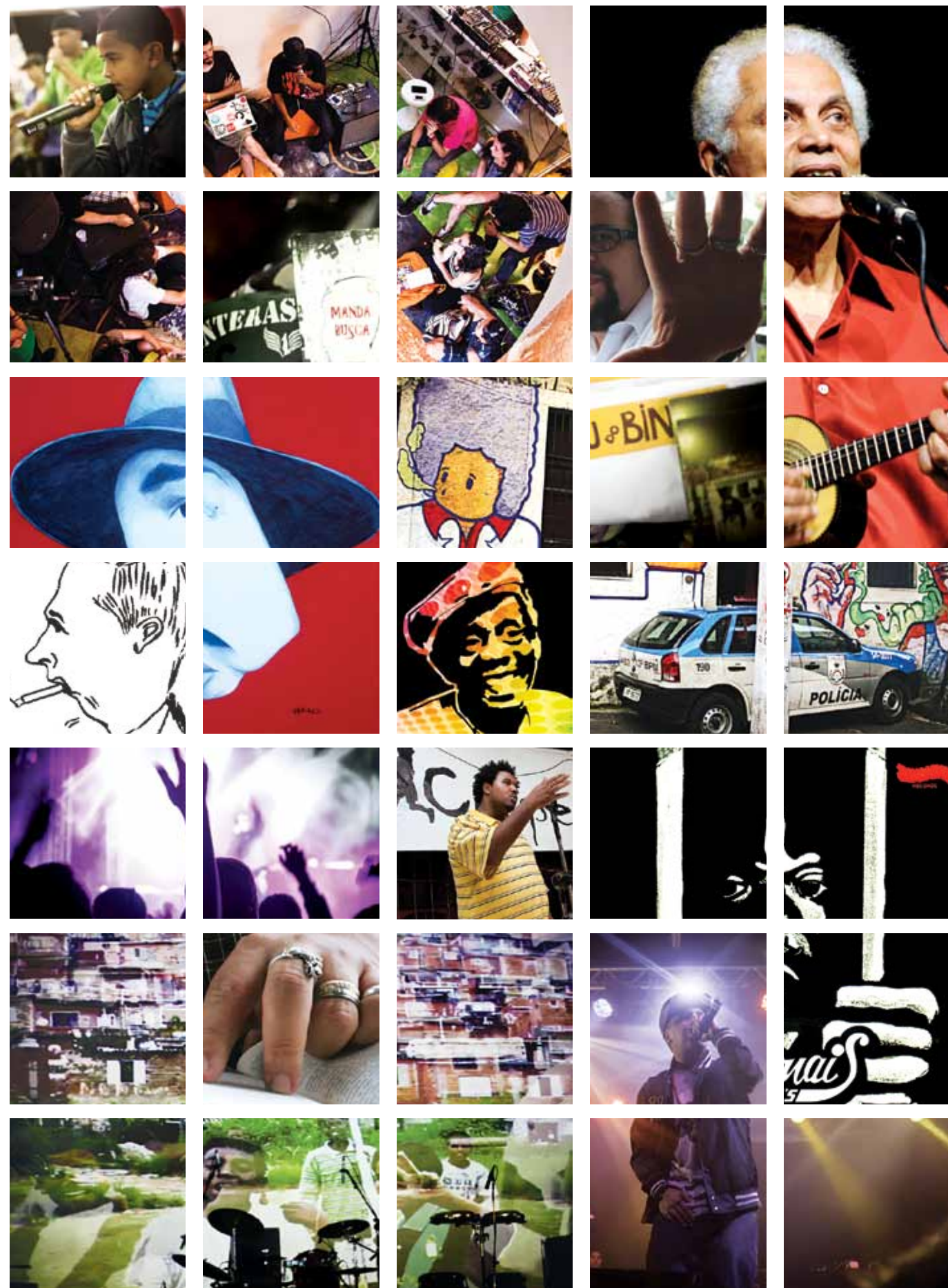
Nas trocas culturais, o centro deve mais à periferia do que a periferia ao centro. Esse fenômeno, histórico, hoje é amplificado pela internet e as redes sociais, ao multiplicarem entre as massas um conteúdo que as elites pouco enxergavam

POR **DIEGO VIANA**

Em *Rio Zona Norte*, filme de 1957, Nelson Pereira dos Santos ilustra as agruras do artista suburbano. Espírito da Luz, personagem de Grande Otelo, é um sambista que sonha em ter seus sambas cantados por Ângela Maria na Rádio Nacional. Seu contato com o mundo do rádio é um agente interpretado por Jeca Valadão, cujo único interesse é espoliar o artista, intermediando a venda dos sambas por valores módicos. O filme expõe o modo como o centro, ou a elite, apropria-se da criação das camadas favorecidas e das periferias, deixando-as à míngua: sambistas vendiam seus sambas, eram obrigados a retirar seus nomes da lista de compositores e recebiam quantias ínfimas por suas criações.

“O centro deve muito mais à periferia do que a periferia ao centro”, diz Renato Meirelles, diretor do Instituto Data Popular, que pesquisa tendências de mercado nas classes C, D e E. “Isso vale para a música, a dança, a culinária e quase todas as manifestações culturais.” Ainda assim, a própria noção de “cultura periférica” é sintomática de uma importante desconexão social. “O conceito de cultura se refere a algo que estabelece comunicações”, diz o produtor cultural Fabio Henriques Giorgio. “Quando se junta ‘periférica’ a isso, a expressão fica estranha. Parece que tem alguma coisa que não está comunicando e por isso é periférico.” Giorgio é autor de *Na Boca do Bode*, sobre o contexto cultural do início da parceria entre os músicos Arrigo Barnabé e Itamar Assumpção.

[Acesse datapopular.com.br](http://acesse.datapopular.com.br)



A criatividade dos subúrbios e periferias é um fenômeno amplamente conhecido e ilustrado em canções de Noel Rosa, Paulinho da Viola e João Nogueira. Em todas essas ilustrações, figura a condição marginalizada dos artistas. Por outro lado, a indústria cultural incorporava as iniciativas artísticas, nem sempre remunerando ou reconhecendo devidamente seus criadores. Hoje, por um lado, as condições de produção e divulgação para os artistas que produzem no subúrbio são muito mais amplas, mas os problemas que eles podem enfrentar parecem com os de seus predecessores.

“Mas a minha aspiração / Era ter um violão / Para me tornar sambista / Ele então me aconselhou / Sambista não tem valor / Nesta terra de doutor / E seu doutor / O meu pai tinha razão / Vejo um samba ser vendido / E o sambista esquecido / O seu verdadeiro autor / Eu estou necessitado / Mas meu samba encabulado / Eu não vendo não senhor”

(14 anos, de Paulinho da Viola, 1968)

Para Meirelles, a percepção de que as periferias estão se tornando cada vez mais criativas em termos artísticos é fruto da internet, que, em suas palavras, “está mudando o jogo”. Aquilo que antes se mantinha escondido em bairros isolados passa a chamar atenção do país inteiro e, ainda mais importante, de outros distritos de periferia. Por isso, vídeos no YouTube de hip-hop, rap, samba e funk chegam a ter 3 milhões de visualizações. Como resultado, os artistas suburbanos brasileiros começam a se tornar referência uns para os outros, diz Meirelles, e criam redes de cooperação e trocas. Um caso bem-sucedido é o do coletivo carioca → **Enraizados**, sediado em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, que atua desde 1999 a partir de articulações via internet.

Longe dos holofotes das redes de televisão e das gravadoras de música, os saraus literários da periferia constituem um fenômeno em expansão. A poeta Elizandra Souza, que edita

na ONG Ação Educativa a *Agenda Cultural da Periferia*, em São Paulo, observa que, de dez anos para cá, o número de encontros de poetas nos bairros afastados da cidade tem crescido rapidamente. Os maiores chegam a ter entre 50 e 70 poetas que se apresentam a cada noite, exigindo um grande esforço de controle pelos organizadores, sobretudo naqueles bairros em que, para evitar incomodar os vizinhos, é preciso desligar os microfones às 23 horas.

Os mais antigos são o sarau da Cooperifa, ativo desde 2001 no Bar do Zé Batidão, no Jardim São Luís (mais em Última à pág. 50), e o Sarau do Binho, do Campo Limpo, que chegou a ficar sem atividades em 2012, quando o bar em que se realizava foi fechado pela prefeitura de São Paulo. Depois disso, os saraus se multiplicaram, a maior parte em bares.

Elizandra evoca o conceito de → **Economia da Cultura** para explicar como entende o fenômeno dos saraus literários paulistanos. “Nós já estamos fazendo economia da cultura há muito tempo”, afirma. “Economia é transformar as coisas e os territórios. Um sarau literário transforma um bar em lugar de incentivo à leitura e à arte”, conclui. A poeta desenvolve o argumento, lembrando que um dos grandes problemas das periferias das grandes cidades brasileiras é o alcoolismo.

Para ela, o sarau literário é uma forma de combater indiretamente o consumo indiscriminado de álcool, ao fornecer uma alternativa cultural que faz falta nas periferias. O resultado é uma interação cada vez mais estreita entre comunidades e autores. “Começou devagar, mas agora os poetas estão lançando seus livros, ainda que em tiragem baixa. Nos saraus, toda semana tem algum lançamento”, diz Elizandra, que publicou *Águas da Cabaça* em 2012.

O teatro é uma das for-

→ **Tocado pelo rapper Dudu de Morro Agudo, o Movimento Enraizados (enraizados.com.br) investe em formação, produção e divulgação de artistas da Baixada Fluminense. Um grupo formado por artistas do movimento realizou uma turnê pela França em 2013**

→ **Integra a Economia Nova, pois seu modo de produção e de circulação de bens e serviços é altamente impactado pelas novas tecnologias, baseia-se em criação e não se amolda aos paradigmas da economia industrial clássica – conforme definição usada pelo MinC em bit.ly/1hn84TN**

mas mais politizadas da cultura na periferia, com grupos que ocupam espaços ociosos e fazem investigações estéticas sobre as condições de vida nas franjas das metrópoles. Na capital paulista, o grupo Pombas Urbanas estabeleceu em 2004 o Centro Cultural Arte em Construção em um galpão localizado em Cidade Tiradentes (Zona Leste). A partir daí, busca recursos públicos para reformar a área de 1.600 metros quadrados. No Jardim São Luís (Zona Sul), a companhia Capulanas investiga a arte de origem africana, como indica o nome, que designa um sarongue moçambicano. O Espaço Clariô, em Taboão da Serra, município da Grande São Paulo, recebe a Mostra de Teatro do Gueto com o objetivo de estabelecer um circuito teatral fora do eixo hegemônico, ou seja, dos conhecidos teatros do centro paulistano.

Manifestações culturais em bairros da periferia dificilmente encontram lugar nas editorias de cultura e guias de fim de semana dos principais jornais do Brasil. Ainda na década de 1980, o antropólogo Hermano Vianna escreveu em sua dissertação de mestrado (*O Baile Funk Carioca: Festas e Estilos de Vida Metropolitanos*) que as dezenas de bailes funk que ocorriam semanalmente nos subúrbios do Rio de Janeiro reuniam, cada um, milhares de pessoas, embora não merecessem uma linha sequer da imprensa da cidade.

Um baile com 800 participantes, segundo o antropólogo, era considerado um fracasso. Essa invisibilidade de saraus, bailes e espetáculos teatrais, explica Elizandra, inspirou a criação da *Agenda Cultural da Periferia*, disponível na internet e na versão impressa – a circulação alcança 10 mil exemplares mensais, distribuídos nos saraus, bibliotecas, escolas e unidades do Sesc.

O teor político das artes na periferia é algo que não pode ser ignorado, mesmo quando o compositor, escritor, grafiteiro, ator, dramaturgo ou cineasta não desenvolve temas especificamente políticos. “Não é preciso falar da periferia para ser político, basta que o artista

→ **pombasurbanas.org.br** → **ciacapulanas.blogspot.com.br** → **espacoclariao.blogspot.com**

“Eu só quero é ser feliz / Andar tranquilamente na favela onde eu nasci. / E poder me orgulhar / E ter a consciência que o pobre tem seu lugar. / Diversão hoje em dia, / não podemos nem pensar, / pois até lá nos bailes / eles vêm nos humilhar. / Ficar lá na praça, / que era tudo tão normal, / Agora virou moda a violência no local. / Pessoas inocentes que não têm nada a ver / Estão perdendo hoje o seu direito de viver”

(*Eu só quero é ser feliz*, de Cidinho e Doca, 1995)

explícite a maneira como a periferia pensa. Isso já é profundamente político”, diz Meirelles. Elizandra, que se apresenta em saraus como o da Cooperifa, conta que, ao tomar o microfone para se apresentar em público, prefere declamar composições suas que tenham teor explicitamente político, embora também escreva poemas de amor. “Diante do público dos saraus, que tem tantas pessoas do bairro, acho mais proveitoso dizer as poesias de luta”, afirma. Elizandra também pertence ao Mjiba, um grupo ativista de mulheres negras.

O alcance que a cultura das periferias pode ter como forma de manifestação política, pelo simples fato de existir, é visível na política que cerca o funk carioca. A instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro veio acompanhada da → **Resolução 013**, publicada em 2007, pela qual o governo estadual autorizava a polícia fluminense a proibir a realização desses bailes, considerados eventos de exaltação ao tráfico de drogas. Por extrapolar as funções da polícia, a resolução gerou polêmica e foi revogada em agosto de 2013.

FUNK OSTENTAÇÃO

Meirelles chama atenção para a dialética presente mesmo no subgênero do funk conhecido como “funk ostentação”, que lhe confere indiretamente um teor político. “O jovem da periferia quer usar as mesmas marcas que o *playboy* usa, mas continua achando o *play-*

Os bailes descritos por Hermano Vianna remetem à crescente importância do mercado, inclusive para a cultura, nas periferias e subúrbios, que concentram a maior parte da chamada “classe C”, também conhecida como “nova classe média”. Segundo pesquisa do Instituto Data Popular, ela representa 54% da população brasileira, movimentando R\$ 1,17 trilhão por ano e 58% do crédito no País.

→ **Cabia ao comandante de cada UPP decidir pela autorização de qualquer evento em comunidades pacificadas. Os bailes funk eram o alvo principal, por serem considerados eventos de incitação ao crime e exaltação ao tráfico de drogas. Após abusos, incluindo a proibição de festas de crianças, uma mobilização popular obteve a revogação da resolução**

→ **Mais detalhes das três iniciativas nos sites agendadaperiferia.org.br, cooperifa.blogspot.com.br e saraudobinho.blogspot.com**

“Madame diz que o samba tem cachaça / Mistura de raça, mistura de cor / Madame diz que o samba é democrata / É música barata / Sem nenhum valor / Vamos acabar com o samba / Madame não gosta que ninguém sambe / Vive dizendo que o samba é vexame / Pra que discutir com madame?”

(Pra que discutir com madame, de Haroldo Barbosa e Janet de Almeida, 1956)

boy um babaca”, diz. “Além disso, o sentido das marcas como afirmação é muito mais forte na periferia: o distintivo das marcas famosas, que é pequeno nas roupas do rico, nas do pobre é enorme.” Meirelles conclui: “O sentido do termo antropofagia é ainda mais forte na periferia”, porque não é a devoração apenas do que é estrangeiro, mas também do que vem das elites. Recentemente, o Instituto Data Popular divulgou uma pesquisa que revelava grande rejeição das principais marcas pela juventude periférica que consome seus produtos.

Para além dos cascudos que a polícia da Primeira República aplicava em quem andasse na rua carregando um violão ou um pandeiro, ou da apropriação nacionalista que o regime Vargas fez das formas musicais nacionais, um marco da aproximação entre a “alta sociedade” e os compositores dos subúrbios, favelas e periferias foi a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1961. Comandado por Oduvaldo Vianna Filho (dramaturgo), Leon Hirszman (cineasta) e Carlos Estevam Martins (sociólogo), o CPC buscou criar uma arte capaz de politizar as artes populares. No anteprojeto de manifesto assinado por Martins, lê-se que “em nosso país e em nossa época, fora da arte política não há arte popular”.

No período da ditadura militar pré-AI-5, editado em dezembro de 1968, o *Show Opinião*, no Teatro de Arena do Rio de Janeiro, foi outro marco do encontro entre a cultura popular e

a juventude de classe média politizada. No palco, Nara Leão (depois substituída por Maria Bethânia) representava essa juventude; Zé Kéti cantava em nome do “morro”, ou seja, das favelas; e João do Vale era o representante dos retirantes do Nordeste. O diretor era Augusto Boal. Em memória dos 50 anos do golpe de 1964, o Instituto Moreira Salles realizou em fevereiro uma remontagem do espetáculo no Rio, com a cantora Joyce e o grupo Casuarina.

DE FORA PRA DENTRO

O movimento inverso, de iniciativas culturais que partiam de periferias rumo ao centro, começou a tomar corpo sobretudo no fim da década de 1970 e início da década de 1980 com a distensão política e a redemocratização, a partir da volta das eleições diretas para governador em 1982 e do sufrágio de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. Fabio Giorgio cita a importância do → **Movimento Popular de Artes (MPA)**, criado em 1978 no bairro paulistano de São Miguel Paulista, por artistas como Edvaldo Santana, Raberuan e Sacha Arcanjo. Além de envolver poesia e música, o MPA reivindica a implantação de equipamentos culturais no bairro, um problema que continua a inibir o consumo e a produção de cultura nas periferias.

Nos anos 1990, temos o advento do hip-hop, que gerou artistas como os do grupo Racionais MC’s, de São Paulo. Para Elizandra, o hip-hop é o pai dos saraus literários, porque os rappers passaram a se aproximar da poesia e, mais adiante, da prosa. Escritores como Paulo Lins, do Rio, e Ferréz, de São Paulo, adquiriram fama internacional. Mas a literatura periférica possui longa tradição na história brasileira. Uma das pioneiras em São Paulo, ressalta Elizandra, é Carolina Maria de Jesus, que vivia na favela do Canindé, na zona central, e publicou *Quarto de Despejo* em 1960. O livro vendeu 30 mil exemplares na primeira edição e foi traduzido em 29 idiomas, numa época em que não se podia contar com o impulso da internet. ■



COMPORTAMENTO

A periferia picha sua marca no centro

Nos bairros nobres de São Paulo, jovens da periferia ocupam um dos poucos espaços em que podem se expressar: paredes e muros. Suas pichações estampam na paisagem central a realidade das desigualdades sociais

POR FLAVIA PARDINI

Não há outra forma de começar: sou do centro. Nasci e cresci no centro expandido de São Paulo. Nos últimos anos antes de me mudar para a Austrália, vivi na Bela Vista, à beira do Centro Velho, conhecida no passado pelos inferninhos da Rua Augusta e uma certa decadência generalizada. Mais recentemente, parte do bairro foi invadida por jovens de todas as raças e orientações, rebatizada de Baixo Augusta, e tornou-se uma das áreas mais vibrantes da capital.

Quando vou a São Paulo, faço questão de retornar à Bela Vista. Em fins do ano passado, algo além da moçada nas ruas à noite saltou aos olhos. Nas paredes, muros, portas, janelas e batentes, um sem-fim de pichações de todos os estilos contrasta com a relativa despoluição visual após a → **Cidade Limpa**. A impressão é a de um território ocupado.

QUEM SERIAM OS AUTORES DESSAS INSCRIÇÕES?

De acordo com Teresa Pires do Rio Caldeira, professora do Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Universidade da Califórnia em Berkeley, são jovens quase exclusivamente do sexo masculino pertencentes às “camadas subalternas”. Gente que muito provavelmente mora não no centro expandido, mas nas periferias.

Teresa estudou a miríade de pichações, assim como a maior mobilidade dos jovens pela capital, e publicou suas conclusões no artigo “Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo”¹. Segundo ela, o fato de que jovens

¹ Artigo publicado em português na revista *Novos Estudos*. Acesse-o em goo.gl/2p305y

■ O MPA foi inspirado no trabalho dos antropólogos Antonio Arantes e Tadeu Giglio sobre a recuperação de sítios históricos na Zona Leste paulistana. A Capela Histórica de São Miguel foi o embrião do movimento, que em 1985 gravou uma coletânea de artistas com o apoio da Secretaria Municipal da Cultura, então comandada pelo ator e diretor Gianfrancesco Guarnieri

■ Lei nº 14.223/06, em vigor no município de São Paulo desde 2007, proíbe a propaganda por meio de outdoor e regula o tamanho de letreiros e placas, com o objetivo combater a poluição visual





da periferia têm acesso a bairros como a Bela Vista, e deixam ali sua marca, transforma e rearticula profundas desigualdades sociais. Mas não as extingue.

A prefeitura foi bem-sucedida em conter a poluição visual de cunho comercial – e é frequentemente louvada por isso no exterior. Muito mais difícil é controlar práticas “transgressivas”, como o grafite e as pichações.

“Hoje as pichações são um pano de fundo onipresente na cidade, moldando o dia a dia dos paulistanos e, ironicamente, conferindo uma espécie de uniformidade a todos os tipos de espaço”, escreve Teresa. Seus autores cresceram em condições de pobreza acentuada, sem pleno acesso ao sistema escolar e a empregos regulares. A pichação é sua maneira de transcender seus locais e condições de origem, apropriando-se do espaço público.

Há criatividade, competitividade e risco envolvido no processo. Praticada quase como um esporte radical, a pichação quer chegar aos locais mais inacessíveis sem atrair a ação da polícia. Cada pichador tem sua marca e é capaz de façanhas ousadas para espalhá-la.

Em São Paulo a pichação tem estilo próprio e reconhecido: letras alongadas na vertical com linhas retas e pontas aguçadas, descreve Teresa. O chamado “tag reto” é tão característico que foi transformado na fonte tipográfica “adrenalina-sp”.

As marcas deixadas pelos moradores da periferia “estampam na cidade, em especial nas áreas mais ricas, a presença daqueles que supostamente deveriam se manter invisíveis”, diz a pesquisadora. Não se trata só de firmar presença, mas de dominar a produção de signos e deixar de ser representado por outros. Para Teresa, essa é uma das consequências mais inovadoras da democratização brasileira.

Ela chama atenção, porém, ao fato de que a maioria das pichações é praticamente incompreensível para quem não faz parte da turma de pichadores. Também não há a intenção de promover a dignidade, a cidadania, a inclusão social, as leis ou o Estado de Direito.

“As pichações são transgressões explícitas, marcadas pela agressividade e por uma teimosa resistência à assimilação”, escreve. “Elas acatam a ilegalidade como algo ao mesmo tempo inevitável e desejável, como o único lugar no qual os jovens da periferia podem se expressar.”

Se há que se comemorar o fato de que jovens da periferia hoje têm mobilidade física e ocupam espaços antes a eles negados, a proliferação de pichações tanto na Bela Vista como em qualquer outro bairro denuncia a imobilidade da sociedade. Não adianta esfregar e limpar muros e paredes, seja no centro, seja na periferia, a imagem das barreiras que nos separam ainda estará lá estampada. ¹²²

ARON BELINKY

Coordenador do Programa Finanças Sustentáveis do GVces. Anteriormente, foi também o responsável pelas pesquisas do Instituto Akatu mencionadas neste artigo

artigo



O centro está no que a periferia deseja

Para quem trabalha por uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, a boa notícia é que há demanda pelo que temos a oferecer. O desafio é traduzir a mensagem, reconhecendo a voz das ruas e dialogando com ela

Ecochato, natureba, biodesa-gradável... Não é de hoje que piadinhas refletem o conflito entre o apelo fácil e sensual do consumismo e o discurso geralmente moral e limitador de quem, querendo ser sustentável, acaba ficando insustentável. A fantasia coletiva e o desejo individual falam mais alto que o fato evidente de que – como decorrência dos limites planetários – o modelo de produção e consumo que nos trouxe até aqui não será capaz de prover bem-estar aos bilhões de pessoas que, de fora, assistem à festa dos incluídos. E agora? Como mudar um sistema no qual – por convicção, ilusão, conveniência ou falta de opção – aposta a maioria da humanidade?

O difuso movimento pela sustentabilidade enfrenta um duplo desafio: não só mostrar que superou a dicotomia ambiental *versus* social mas também não ser visto como um estragaprazeres retrógrado, saudosista e excludente. Na publicação de pesquisa realizada pelo Instituto Akatu, em 2010, resumimos uma proposta:

“Para ganhar os corações, mentes e bolsos dos consumidores, a Sustentabilidade, a RSE e o Consumo Consciente precisam ser apresentados não como conceitos sofisticados, mas traduzidos em práticas e propostas concretas. E essas não podem ser percebidas pelo público como imposições restritivas, mas sim como uma boa alternativa ao consumismo vazio, angustiante e insustentável. Vistas como o caminho mais curto, barato e desejável rumo à felicidade, que é, ao final, o que todos almejamos”.

Em 2012 o Akatu realizou nova pesquisa, avançado nesse caminho com metodologias inéditas na área. O relatório *Rumo à Sociedade do Bem-Estar* resume seus resultados, e traz interessantes

perspectivas, com destaque para uma “priorização de desejos” utilizando o modelo de Escalonamento por Máximas Diferenças, mais conhecido como MaxDiff. Trata-se uma ferramenta amplamente utilizada no marketing para mensurar quanto certos atributos desejáveis são mais (ou menos) preferidos pelo público quando comparados a outros atributos, também desejáveis.

RESULTADOS PROVOCANTES

Sem saber que o assunto era sustentabilidade, 800 consumidores de todo o Brasil, das classes A, B, C e D, priorizaram 16 “desejos”, sobre oito temas do seu cotidiano. Os entrevistados também não tinham como saber que esses “desejos” apontavam para caminhos diferentes: metade rumando para uma sociedade mais sustentável, metade seguindo o atual modelo consumista. O que se viu foi surpreendente e animador: em todas as classes de renda (e também de idade, região etc.) predominou a preferência pelo “caminho sustentável” (ver gráfico na versão digital deste artigo). A publicação do Akatu traz conclusões detalhadas, e pode ser baixada em goo.gl/fkmdTj. Sem deixar de reconhecer possíveis limitações, é uma metodologia consistente, que trouxe resultados provocantes.

Um exemplo ilustra bem a situação



encontrada: misturadas entre as 16 frases que representavam os “desejos” propostos aos entrevistados, estavam as seguintes: “Quero ter tempo para estar junto com as pessoas de que gosto” e “Quero comprar presentes para agradecer as pessoas de que gosto”.

Evidentemente, a primeira frase aponta para um caminho mais sustentável, enquanto a segunda reproduz o consumismo vigente. Numa escala de 0 a 10, o índice médio de preferência dos consumidores da classe A pela primeira frase foi de 9,5 e, pela segunda, 2,2. Na classe B, esse placar foi 8,8 contra 2,2. Na classe C, 8,2 contra 2,6 e, na classe D, 7,6 contra 3,3.

Importante notar que essas frases estavam misturadas com todas as demais, e não foram confrontadas diretamente entre si (o que poderia trazer o viés da resposta “politicamente correta”).

Os dados mostram que, quanto mais baixa a renda, menor a diferença na preferência dada ao caminho sustentável frente ao consumista (um resultado esperável, considerando-se a carência e a frustração de quem vive à margem da festa do consumo). Mas mostram também que, apesar disso, mesmo entre os mais carentes, não é o consumismo que mais diretamente dialoga com as aspirações dos entrevistados, mas sim os valores do bem-estar e do bem viver.

Para quem trabalha por uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, a boa notícia é que há demanda pelo que temos a oferecer. O desafio, que persiste, é traduzir nossa mensagem: em vez de frustrar sonhos e castrar aspirações com um discurso apocalíptico ou por demais racionalista, aprender a falar ao desejo do consumidor, a mostrar caminhos atraentes e viáveis. Reconhecer a voz das ruas e dialogar com ela é o primeiro e necessário passo.

Sustentabilidade para quem precisa

Cada vez mais incluídas na sociedade de consumo, as comunidades da periferia concentram urgentes problemas socioambientais. Ainda assim, permanecem desfocadas da agenda hegemônica

POR FÁBIO DE CASTRO

Ao meio-dia, um sol escaldante arde sobre a Favela Asa Branca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, atinguindo em cheio as lajes das casas de alvenaria e as ruas cimentadas. Não há árvores ali, e a pavimentação, feita há menos de um ano, foi a primeira intervenção relevante do poder público na área desde 1986, quando nasceu a comunidade hoje de 3,5 mil pessoas no bairro de Curicica, ao lado de Jacarepaguá.

A tranquilidade das vielas áridas, onde só algumas crianças tomam banho de mangueira, contrasta com a agitação que se vê na entrada principal da favela, na Avenida Salvador Allende. Ali, diante da padaria e da loja de acessórios para motos, há algumas vans estacionadas repletas de passageiros, que aguardam a partida, cobertos de suor. É o principal meio de transporte local – citado pelos moradores como um dos aspectos positivos da comunidade, apesar das escassas linhas de ônibus que cruzam a avenida esburacada.

“O lugar aqui é muito bom. Tem muitas vans e não tem traficante, nem violência”, diz João Araújo, o Ceará, proprietário de um dos vários bares da favela, onde mora

há cinco anos. Muitos dos estabelecimentos possuem ligações elétricas irregulares. Mas aceitam-se cartões de crédito. Água não é problema na favela, mas a rede de esgoto, construída pelos moradores em sistema de mutirão, é precária e insuficiente.

Embora não esperem nada do poder público, estão satisfeitos com um maior acesso ao consumo nos últimos anos, e consideram que melhoraram de vida. “Graças a Deus, consegui abrir meu bar. Nunca mais quero ter patrão”, observa Ceará, que trabalhava como copeiro.

Assim como o governo, o Terceiro Setor também parece estar ausente. Nem o dono do bar nem seus fregueses conhecem qualquer projeto voltado para gestão do lixo, abastecimento de água, saneamento, moradia sustentável, plantio de árvores, controle da poluição ou recuperação ambiental...

“Sustentabilidade? Sei não. Nunca ouvi falar”, diz Ceará. Os outros três moradores também sacodem a cabeça, negativamente.

LIXO E LUXO

O bar do Ceará fica no extremo mais degradado da Asa Branca, em frente ao canal da Pavuninha, que desemboca na Lagoa de Jacare-



paguá. Contaminado, assoreado e exalando um odor fétido, o canal está cheio de lixo de todo tipo: latas, lâmpadas, sofás, e até mesmo carcaças de veículos. Nesse ponto, o canal tem 5 ou 6 metros de largura, mas não se vê a água, coberta por uma impressionante montanha de garrafas pet e sacos plásticos. Um cavalo pasta no matagal das margens e dois cães rasgam alguns dos inúmeros sacos de lixo ali esquecidos. Ceará garante que o lixo é coletado três vezes por semana. “Mas ninguém separa, não, vai tudo junto”, conta.

Atrás da favela, no lado sul, podem-se ver algumas dezenas de torres residenciais novas em folha. São só uma parte dos mais de 140 condomínios erguidos no local, na onda de especulação imobiliária deflagrada pela construção do Parque Olímpico, que ficará a poucos metros dali, junto da lagoa. Do outro lado da comunidade, é tocada a obra do BRT TransOlimpica, corredor expresso para ônibus que cortará várias das favelas de Curicica e forçará a remoção da vizinha Vila Autódromo.

“Há um ano, se você chegasse aqui, não ia ver nada disso, só a favela e matto”, diz Maria da Penha, a esposa de Ceará, que veste o unifor-

me impecável do hotel de luxo inaugurado em outubro de 2012 a 300 metros da favela. Maria acaba de chegar do serviço, que teve início às 3 horas da manhã. “O bom para nós é que tem muito trabalho. O problema é que está ficando caro”, afirma, referindo-se ao processo que transformou o bairro em um imenso canteiro de obras. Na favela, o aluguel de um quitinete passa de R\$ 500 reais e a concorrência é alta.

Em geral, os problemas presentes na comunidade Asa Branca se repetem não apenas nas favelas do País – onde vivem mais de 11,5 milhões de pessoas –, mas também nos bairros em que se concentram as classes C, D e E das grandes cidades. Porém, essas áreas, justamente as mais afetadas por problemas socioambientais, parecem ainda ocupar lugar marginal na → agenda hegemônica de sustentabilidade.

SEM APELO

Uma das razões para isso, além da falta de tradição dos atores mais influentes do campo socioambiental em atuar na periferia urbana, é a dificuldade de obter recursos, de acordo com a secretária executiva adjunta

Agenda normalmente centrada em florestas, energia, mudança climática e temáticas que relacionam conservação e comunidades tradicionais, como povos indígenas, quilombolas e extrativistas

Conheça a localização e mais detalhes sobre o Parque Olímpico em cidadeolimpica.com.br/projetos/parque-olimpico. Segundo o IBGE, na publicação *Aglomerados subnormais*, baseada no Censo 2010, disponível em bit.ly/1d7tzXQ

A Favela Asa Branca está incluída no Programa Morar Carioca, da prefeitura do Rio de Janeiro, que promete urbanizar as favelas da cidade até 2020. Mas as obras ainda não começaram no local. Mais em goo.gl/lgsqp0.

Os financiadores das ONGs socioambientais preferem apoiar temas mais palatáveis, como conservação florestal

do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos. Segundo ela, os financiadores preferem investir em temas mais palatáveis ao público, como a recuperação de florestas e conservação da biodiversidade.

Um exemplo dessa dificuldade foi a tentativa frustrada do próprio ISA de manter sua primeira iniciativa em meio urbano: um programa para recuperação de mananciais em comunidades situadas na Represa do Guarapiranga, na Zona Sul da capital paulista. Adriana conta que o programa, iniciado em 2002, foi interrompido em 2009 por falta de dinheiro.

Um motivo para a dificuldade é o perfil dos financiadores tradicionais do ISA, voltado sobretudo para a questão florestal. “Além disso, naquela época, o investimento social privado no Brasil estava associado mais a ações de marketing que de responsabilidade social”, explica Adriana.

O programa, por exemplo, contemplou um diagnóstico socioambiental participativo da Bacia do Rio Guarapiranga – segundo maior manancial da Grande São Paulo –, envolvendo a mobilização popular. “O problema é que o programa atuava em áreas de ocupação, onde há conflitos de terra. Essa agenda é muito sensível e vista de forma negativa. Os financiadores não queriam se associar a ela”, diz.

A partir disso, o ISA não tentou mais criar novos programas em regiões urbanas. Adriana explica que as dificuldades para viabilizar projetos são imensas quando o tema da sustentabilidade é combinado aos problemas da exclusão social e habitacional. “O próprio

tema da sustentabilidade já é marginal na pauta nacional. As empresas se interessam, desde que não afete o lucro. Quando esse tema periférico é combinado com um espaço urbano também marginal, simplesmente ninguém quer saber”, afirma.

De acordo com a dirigente da entidade, a fragmentação temática precisa ser superada. “Temos financiadores para programas florestais em comunidades indígenas, mas não para projetos de gestão de resíduos sólidos nessa comunidade – que é um problema sério. É preciso integrar a agenda”, declara.

A pouca penetração das políticas de sustentabilidade nas periferias, então, poderia ser atribuída à dificuldade do Terceiro Setor de integrar as abordagens socioambientais e obter financiamento e à falta de interesse do empresariado em temas conflitivos ligados à população de baixa renda. “O setor público, que poderia cumprir um papel articulador, tende a pautar suas políticas pelos interesses privados”, completa Adriana.

ADAPTAR É PRECISO

Nesse contexto, quem acaba levando a fama de vilão da sustentabilidade é a população que vive nas periferias urbanas, por ter cada vez mais afluência ao consumo, sem ter acesso à educação ambiental. Nada poderia ser mais injusto, na opinião de profissionais e ativistas de organizações que atuam nessas comunidades, como Elisabeth Grimberg, coordenadora executiva do Instituto Pólis.

Especialista na gestão de resíduos sólidos, Elisabeth afirma que a população de baixa renda é muito aberta à questão ambiental. “Não vejo diferença significativa entre as atitudes das pessoas em comunidades de baixa renda ou em partes ricas da cidade. Quando têm um mínimo de informação, as pessoas se sensibilizam facilmente. A diferença é a infraestrutura e as políticas de gestão de resíduos”, avalia a coordenadora.

Cenários como o da Favela Asa Branca, com resíduos se acumulando aos montes, provavelmente se devem mais à falta de equipamento adequado que à suposta “falta de cultura” ou educação ambiental da população. “Para tudo há solução. Mas é preciso instalar equipamento adequado, dialogando com a população. Isso não é tão complexo. Se a solu-

ção for participativa, as pessoas vão aderir”, afirma Elisabeth. Para ela, o elemento participativo é essencial para que os projetos funcionem de fato. O *design* das lixeiras, por exemplo, precisa ser adaptado à realidade de cada comunidade.

“Se o problema persiste mesmo com equipamento e coleta regular, aí, sim, o que falta é orientação. Mas isso vale para as áreas ricas também. Não se pode acusar a população de ser mal-educada se o local não tem a estrutura necessária. Essa imagem é puro preconceito”, diz.

MUDANÇA DE CULTURA

Historicamente, a agenda da maior parte das grandes ONGs da área socioambiental concentra-se nas questões florestal, indígena e quilombola, em detrimento dos problemas do meio ambiente urbano. Mas esse cenário de divisão temática radical já começa a mudar, em que pesem as adversidades financeiras.

A SOS Mata Atlântica ilustra essa tendência: embora originalmente voltada para a questão florestal, a ONG passou a também atuar em projetos urbanos relevantes, em especial nos últimos cinco anos.

“O objetivo é estimular, nas cidades com Mata Atlântica em seus limites, a percepção

de que os problemas da floresta impactam a cidade e vice-versa”, diz Romilda Roncatti, coordenadora da área de Projetos Urbanos da SOS Mata Atlântica. Ela observa que o ingresso mais intenso da SOS na agenda marrom (que lida com assuntos das cidades) nos últimos anos ocorre sob um contexto de maior percepção das grandes ONGs ambientalistas de que a problemática da periferia urbana é indissociável da agenda da sustentabilidade.

A estratégia para isso é trazer os temas da sustentabilidade para o cotidiano dos moradores, mostrando na prática de onde vem a água que bebem, como a floresta regula o clima, como o desmatamento gera desastres urbanos e como o lixo jogado nos córregos vai ocasionar doenças e inundações, por exemplo.

Um dos projetos consiste em um caminho itinerante que mostra aos moradores maquetes e modelos que apresentam de forma lúdica e intuitiva o funcionamento dos ecossistemas. “O Projeto Urbano já foi levado a 130 cidades do Brasil, com participação de mais de 700 mil pessoas. Desde agosto do ano passado, começou a ser realizado também na periferia de São Paulo, onde foi apresentado em 10 localidades, chegando a 7,4 mil pessoas”, conta Romilda. A partir do segundo semestre de 2014, o projeto adotará um modelo participativo. “Além das

Tradicional ONG da cidade de São Paulo, com trabalhos nas áreas de democracia e participação, cidadania cultural, inclusão e sustentabilidade e reforma urbana. Acesse o site polis.org.br

Informações sobre o diagnóstico disponíveis em goo.gl/PQ15kl

PROJETO IMARGEM: PARTICIPAÇÃO E ARTE

A necessidade de processos participativos nos diagnósticos e nas políticas socioambientais na periferia é praticamente uma unanimidade entre os especialistas e entre as ONGs da área de sustentabilidade. No entanto, conseguir essa participação nem sempre é algo trivial. A população, como se viu, acolhe orientações práticas sobre como lidar com determinados problemas ambientais, mas dificilmente adere aos programas que demandam participação mais intensa.

Algumas iniciativas, como o Projeto Imagem (imagemdamargem.blogspot.com.br), tentam desenvolver metodologias de ação capazes de contornar esse obstáculo. Iniciado em 2006, contempla uma intervenção multidisciplinar que alia arte e educação ambiental em comunidades da região do Grajaú, na Zona Sul da capital paulista.

Em conjunto com as pessoas das comunidades, as atividades buscam desenvolver maneiras de usar os resíduos sólidos como fonte de geração de renda. As próprias lixeiras, por exemplo, podem ser obras de arte produzidas com material reciclado. “Um dos principais recursos para atrair a participação das pessoas é a utilização de uma estética com a qual a cultura local tem identificação. Além de conseguir a adesão das pessoas, ajudamos a superar o estigma da estética marginal”, explica o coordenador do Imagem, Mauro Neri.

“Não é tão simples fazer o pessoal participar. Falar de arte e sustentabilidade para pessoas com necessidades tão básicas é sempre um desafio. Além disso, temos de competir com uma cultura de consumo de massas muito enraizada. Mas nós insistimos e temos conseguido resultados gratificantes”, afirma Neri.

atividades de educação ambiental, queremos conversar com a população. Sabemos que cada comunidade pode ter necessidades diferentes e vamos nos adaptar”, diz.

ADESÃO EXEMPLAR

Outro projeto da SOS Mata Atlântica no meio urbano é o “Observando o Tietê”, que formou grupos populares de monitoramento da qualidade da água nas periferias dos 39 municípios da Grande São Paulo. Segundo Malu Ribeiro, coordenadora da Rede das Águas da SOS, apesar de toda a carência financeira, os moradores desprovidos de acesso a saneamento básico ou programas habitacionais são justamente os mais abertos às mudanças culturais e comportamentais. “Quando tentamos atuar

em condomínios de classes A e B nessas áreas, as pessoas nem querem nos atender”, diz. O mesmo ocorre nas campanhas de economia de água. “Quem sofre com a escassez é muito mais sensível e, em consequência, muito mais participativo”, afirma.

Um exemplo de sucesso dessa participação é o programa “Se Liga na Rede”, que o governo paulista criou graças a uma mobilização social apoiada pela SOS Mata Atlântica. A iniciativa permite financiar obras internas nas casas de famílias com renda até três salários mínimos, a fim de conectar o esgoto doméstico à rede coletora. “Essas pessoas não queriam continuar jogando o esgoto no córrego, mas não tinham recursos. Com a participação ativa delas, conseguimos sensibilizar o governo”, explica Malu.

RECURSOS HÍDRICOS

À margem da margem

Afastado do eixo São Paulo-Rio e à margem da capital mato-grossense, um importante tributário do Pantanal recebe esgoto de grandes cidades. O descaso com o Rio Cuiabá impacta pessoas e uma bacia inteira

POR JULIANA ARINI, DE CUIABÁ

“Quase não há mais pescadores e a maioria dos jovens foi embora em busca de outras profissões”, conta Alice Almeida, 67 anos, presidente da associação dos moradores de São Gonçalo Beira Rio, na periferia da capital mato-grossense. O bairro margeia o Rio Cuiabá, que segue sinuoso até o Pantanal. Com águas escuras e barrosas, esse importante tributário do Pantanal chega ao bairro depois de atravessar as cidades de Várzea Grande e Cuiabá, que despejam no rio 78% do esgoto produzido por quase 900 mil habitantes. Rio federal, o Cuiabá é o mais importante afluente do Paraguai, principal rio da Bacia do Alto Paraguai. Mas a poluição lançada pelas cidades parece ser ignorada pelos governos, a sociedade civil e o restante do País.

Além do mau cheiro e da poluição, as águas

do Cuiabá levam e trazem ao São Gonçalo ilhas flutuantes de garrafas plásticas, embalagens pet, latas, pneus velhos e todo tipo de lixo. “Quando tem mutirão, retiram até geladeira lá do fundo”, diz dona Alice, enquanto mira o rio da varanda de sua casa. “Quando era criança, o Cuiabá era tão limpo que dava até para ver os peixes no fundo. A criança já nascia nadando”, relembra, com um sorriso. “Hoje, os meus netos nem entram nessa água. A poluição foi o preço do progresso”, conta.

Apesar do cenário pouco animador, a comunidade é um exemplo de resiliência. No fim da década de 1990, quando a poluição e o aumento populacional desencadearam um processo de abandono do rio como fonte de sobrevivência, os ribeirinhos enfrentaram um período de desesperança. “O Estado sofreu um massacre cultural. Desde 1970, a po-

pulação triplicou com os migrantes vindos do Sul. Essas pessoas, além de contribuírem com a degradação do Rio Cuiabá, ocupando a região das nascentes com a produção de soja e algodão, também impuseram a sua cultura”, explica Maria Saletti Ferraz Dias, pesquisadora e professora de Educação Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

O combustível de sobrevivência foi a ligação cultural com o rio. Em São Gonçalo Beira Rio, por exemplo, a venda de artesanato de cerâmica e a beleza cênica da região foram o caminho para os moradores encontrarem no turismo outra fonte de renda. As lojas de artesanato tradicional e as festas típicas, como a de São Pedro dos Pescadores, atraíram as peixarias da cidade para o bairro. Hoje, mais de dez restaurantes lotam as margens do rio Cuiabá, apesar de grande parte ser abastecida com os chamados → **peixes de tanque**. “Eles empregam todo mundo. Inclusive, jovens voltaram ao bairro para trabalhar ali”, diz dona Alice.

Apesar da nova forma de sustento, o fantasma da poluição ainda angustia os moradores. “Se a poluição no rio aumentar, ninguém mais vai querer vir aqui”, conclui o ex-pescador Basílio da Conceição, de 84 anos, enquanto caminha entre um monte de garrafas de plástico. Conceição mira as águas do Cuiabá que correm a poucos metros dali e desabafa: “Eu agradeço por meus filhos não terem virado pescadores. A vida do rio é muito sofrida. Não sei como tem gente que ainda insiste com o rio sujo desse jeito”.

O aposentado explica que vive da renda de casas de aluguel que mantém em São Gonçalo. “Ainda peguei a fase de abundância, quando mesmo dentro da cidade tinha tanto peixe que o pacu eu pegava com a mão. A → **lufada** dava para assistir lá da ponte principal do porto. Era tanto lambari que fazíamos azeite com os que caíam na canoa. Hoje, acho difícil limparem o rio, essa época do pescado farto é passado.”

As promessas de despoluição são consideradas uma verdadeira saga. O esgoto que

Com a Copa, houve a terceira chance de despoluição, mas o tema foi tirado da pauta

cai *in natura* nos córregos que formam o Rio Cuiabá já foi pauta de debates em três momentos distintos nos últimos 20 anos.

A primeira proposta de mudança ocorreu na década de 1990, quando o então governador Dante de Oliveira conseguiu um

investimento de US\$ 400 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento, batizado de BID-Pantanal. Construir uma rede de tratamento de esgoto nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande para reduzir a carga de poluentes despejada no Pantanal era uma das exigências do empréstimo voltado para o desenvolvimento local.

“Em 2003, o recurso foi devolvido pelo novo governador, o empresário do agronegócio Blairo Maggi, que considerou o investimento não prioritário e disse que poderia conseguir outras verbas para a limpeza do rio”, conta Eliana Rondon, professora de engenharia sanitária e ambiental da UFMT.

Em seguida, com o lançamento do → **Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)**, anunciou-se uma nova verba para a limpeza do Rio Cuiabá, mas, passados os anos, a promessa foi esquecida e o investimento, nunca liberado.

Em 2010, Cuiabá foi escolhida para ser uma das 12 capitais a sediar os jogos da Copa 2014. “Foi a terceira chance de despoluição. Na cartilha da Fifa, constava que todas cidades-sede teriam programas de saneamento, mas o tema foi novamente tirado da pauta de discussões, desta vez em prol de obras de mobilidade urbana e embelezamento da cidade”, afirma Eliana, da UFMT.

Esquecida pelos governos estadual e federal, a poluição das águas do Cuiabá alimenta outra grave questão urbana. O rio responde sozinho por cerca de 98% do abastecimento da capital e de Várzea Grande. Sem recursos hídricos alternativos, a crescente poluição pode levar o sistema ao colapso.

O descontrole na gestão de águas e esgoto é outro obstáculo. Desde 1998, a companhia estadual responsável pela concessão de águas e esgoto foi municipalizada, ou seja, o serviço acabou descentralizado e entregue

Como é conhecido o pescado produzido na piscicultura

O PAC é um dos principais programas do governo federal, iniciado na gestão Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e continuado na de Dilma Rousseff (2011-2014), voltado para a construção de grandes obras de infraestrutura a fim de promover o crescimento econômico

Lufada ou piracema é o período de quatro meses quando a pesca é proibida nos rios do Pantanal, visto que nessa época os peixes sobem os rios para a reprodução

às prefeituras. Na capital, uma companhia municipal administrou os recursos hídricos até 2013, quando foi privatizada. O contrato com a nova concessionária, a Companhia de Águas do Brasil (CAB), prevê que 80% do

esgoto da cidade terá de ser tratado em oito anos. Até lá, o rio e as comunidades às suas margens continuarão convivendo com a poluição e aguardando que, desta vez, os planos saiam do papel. [\[2\]](#)

PROJETOS

Excluídos?

Ações nas franjas das cidades mostram muita coisa sendo feita para mudar a resposta a essa pergunta. Aqui, descrevemos quatro boas iniciativas

POR MÔNICA C. RIBEIRO

Quando falamos em alimentação, o caminho que traz maiores ganhos socioambientais aponta para o consumo de alimentos orgânicos e produtos locais. E é também nisso que aposta a Cidades sem Fome, organização não governamental fundada em 2004. Localizada na Zona Leste da cidade de São Paulo, contabiliza 21 hortas implantadas, nas quais trabalham diretamente 115 pessoas, garantindo a subsistência de 650 pessoas. Há outras 15 hortas em escolas públicas, alcançando 3.972 alunos.

Cultivadas em terrenos públicos ou privados, as hortaliças, totalmente orgânicas, são comercializadas diretamente pelos produtores. A ideia não é competir com feiras ou supermercados, mas beneficiar quem mora no entorno ou pessoas sem condição de se inserir no mercado de trabalho.

A maior dificuldade é manter a folha de pagamento dos seis técnicos envolvidos. Para obter recursos, a organização conta com financiamento vindo de outros países, promove palestras e o “Dia do voluntário na empresa”, levando funcionários de empresas até as hortas para plantar.

“Não queremos vender nas feiras da Água

Branca ou do Morumbi, mas fazer com que pessoas de outros bairros visitem a horta e conheçam a rede social por trás dela”, define o idealizador da ONG, Hans Dieter Temp. A renda obtida com a venda das hortaliças fica com os agricultores.

SUSTENTA CAPÃO

Em outro extremo da cidade, na região do Capão Redondo, Zona Sul, dois irmãos investem em alimentação saudável e na reciclagem e reaproveitamento de materiais. Bruno Horácio Pereira dos Santos e José Carlos Anunciação criaram o Ateliê Sustenta Capão, localizado no quintal da casa de José Carlos. É de sua cozinha que saltam pães, geleias, chás, café e outras guloseimas produzidas com frutas e hortaliças das feiras locais. Pneus, garrafas pet e caixotes de feira decoram o ambiente, e um jardim de ervas completa o espaço.

O cozinheiro que deixou o trabalho em uma padaria em busca de algo que fosse mais que um emprego (José Carlos) e o rapaz que buscava jeitos de colocar em prática o espírito empreendedor (Bruno) se uniram, e fez-se a alquimia do novo negócio. O que começou com amigos hoje já atrai gente de áreas como Vila Mariana, Vila Olímpia, Faria Lima e da própria

A metodologia é aos poucos exportada para outros locais. A Cidades sem Fome já segue rumo a Santos e está também na cidade de Agudo, no Rio Grande do Sul. Saiba mais em goo.gl/KaloHf.

Levantamento realizado no território revelou que grande parte das mulheres acima de 40 anos no entorno do Ateliê não está empregada, e é com essas pessoas que o novo trabalho deverá se desenvolver em um futuro próximo.

A Revolução dos Baldinhos foi finalista do Projeto Social Banco do Brasil, considerada uma tecnologia social inspiradora para outras comunidades.

Balanco recente do Pavs: 269 mil pessoas atingidas; coleta e destinação de 265 toneladas de material reciclável, 52 mil litros de óleo, 10 toneladas de pilhas e baterias; 226 catadores envolvidos; 412 pontos de entrega voluntária; 108 hortas e 1.978 novas árvores.

região. “Estamos em processo de descobrir de onde virá a sustentabilidade econômica. Queremos trabalhar com oficinas, mostrando como aproveitar melhor os alimentos”, define Bruno, que começará em breve a testar uma máquina de compostagem com intenção de tornar o Ateliê lixo zero [\[1\]](#).

FUTURO COMPOSTO

A compostagem é o motor da Revolução dos Baldinhos, iniciativa desenvolvida no bairro Monte Cristo, região continental de Florianópolis (SC). Um problema com ratos na comunidade iniciou o processo que culminou com baldinhos cheios de resíduos orgânicos se transformando em adubo. Duzentas famílias participam da iniciativa, e a expectativa é ampliar para 7,5 mil no prazo de dois anos, com a instalação de um pátio de compostagem com capacidade para processar 15 toneladas de resíduos orgânicos por dia.

Parte do composto é doado às famílias que integram o processo – que o utilizam em hortas e jardins – e a escolas e creches. Outra parte é comercializada, e a renda vai para o grupo comunitário que gere o projeto, financiando bolsas de qualificação para jovens, insumos e gastos básicos de funcionamento.

“Estamos no processo de formação de uma cooperativa até julho. Para isso, jovens da comunidade estão se qualificando em parceria com a Univale”, informa Marcos José de Abreu, agrônomo permacultor do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), que coordena o projeto [\[2\]](#).

O Cepagro atua junto à prefeitura de Florianópolis para que a cooperativa possa receber pela destinação final do resíduo. “A compostagem é a base de um modelo de gestão de resí-

duos mais sustentável nas cidades, principalmente no sistema de processar tudo no local onde os resíduos são gerados”, define Abreu.

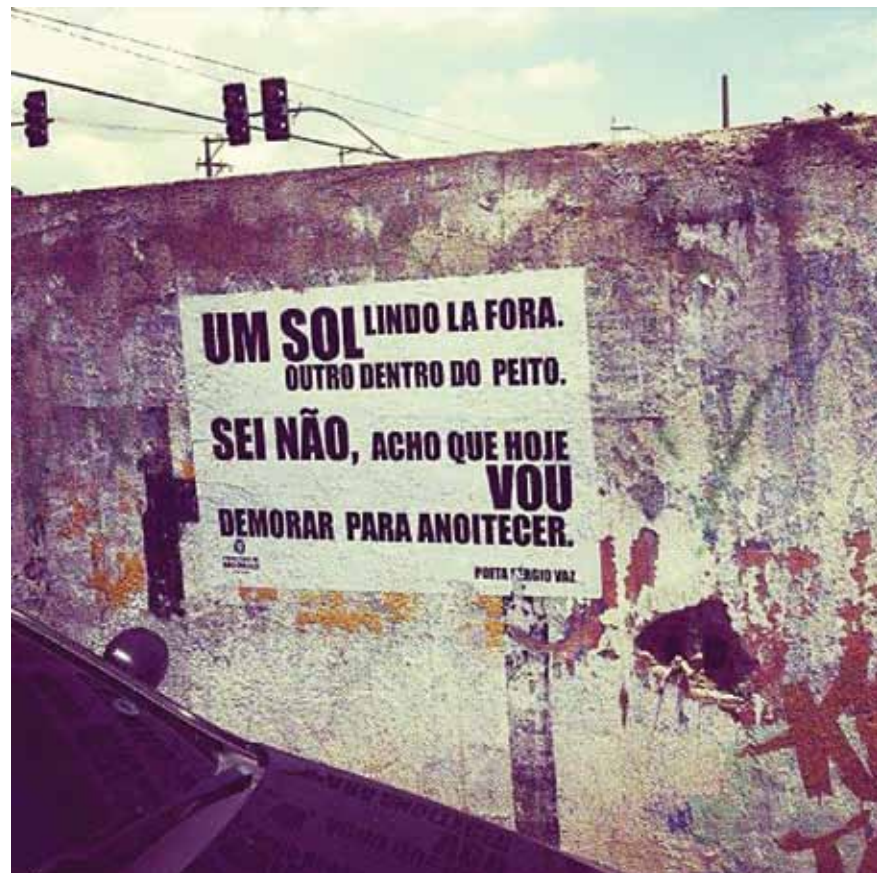
AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA

O fortalecimento dos laços comunitários e das redes é o que dá o caráter sustentável a estas ações. O Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (Pavs), desenvolvido pela Prefeitura da Cidade de São Paulo e vários parceiros, desde 2005, com a intenção de implementar políticas públicas voltadas à inclusão da população, também aposta nesta articulação [\[3\]](#).

Uma complexa teia que inclui ONGs, poder público e empresas, escolas, faculdades, instituições religiosas e comunidade local move o programa, articulado a partir da ação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nos territórios. Equipes multiprofissionais realizam ações de saúde no âmbito da prevenção e da promoção da saúde em um território definido – onde estão presentes aspectos sociais e ambientais que interferem nos problemas de saúde da população –, favorecendo a construção de projetos de intervenção ambiental com a participação efetiva dos moradores da região [\[4\]](#).

Os projetos incluem gerenciamento de resíduos sólidos, revitalização de espaços públicos, implantação de hortas e ações culturais e de valorização da comunidade, fortalecendo o vínculo das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com os moradores do território e facilitando as ações da atenção básica. “O agente comunitário é a chave do processo. Ele é morador do território, está lá 24 horas por dia, tem a leitura das demandas”, avalia Raquel Bonomo, gestora regional do Pavs na Região Sudeste. [\[5\]](#)

[\[1\]](#) Para conhecer o Ateliê e sua cozinha, é preciso entrar em contato com a dupla através de rede social: [facebook.com/ateliesustentacapao](https://www.facebook.com/ateliesustentacapao). [\[2\]](#) Saiba mais sobre o Cepagro em goo.gl/ITpLyc. [\[3\]](#) Mais em *Guia Pavs/Secretaria da Saúde*. Coordenação da Atenção Básica. Programa Ambientes Verdes e Saudáveis. São Paulo: SMS, 2012. [\[4\]](#) Conheça o histórico do Pavs e depoimentos de Agentes de Saúde Comunitários em goo.gl/S4uDD4



Boca a boca

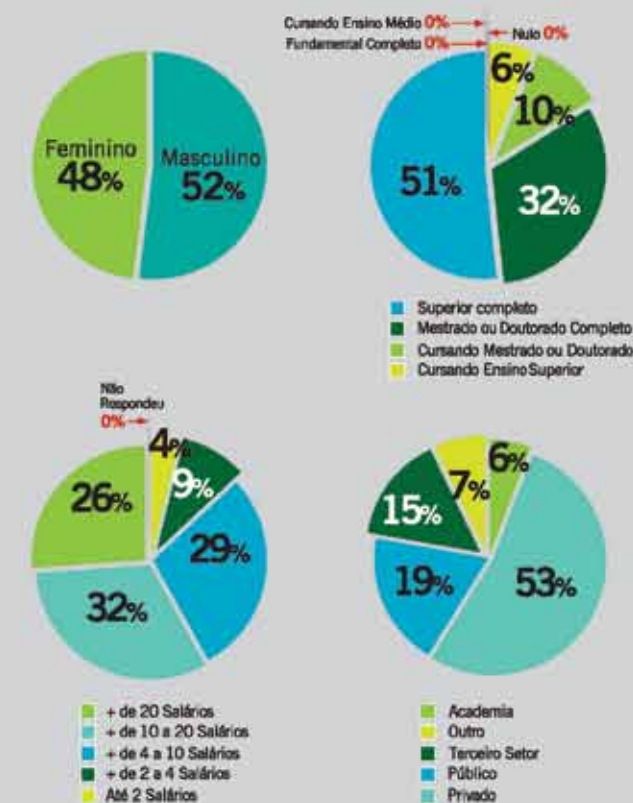
Poesia nos Muros, mais do que animar as ruas de bairros periféricos da Zona Sul de São Paulo, está lá para mostrar que qualquer pessoa pode se apropriar da palavra. Da palavra escrita e da falada. É de autoria de Sérgio Vaz, o fundador da Cooperifa, movimento cultural que promove, no boteco do Zé Batidão, no Jardim São Luiz, o tradicional Sarau da Cooperifa. Todas as quartas-feiras, religiosamente, reúnem-se ali para falar poesia cerca de 200 pessoas em média. São poetas, motoristas de táxis, donas de casa, desempregados, professores, crianças, jovens, adultos, idosos, jornalistas, mecânicos de automóvel, motoboys, advogados, estudantes... Gente de todos os cantos da cidade. "O livro, sempre tratado como pão do privilégio, chegou na periferia através da palavra. Literalmente no boca a boca", brinca o poeta. – **Magali Cabral**



Converse com o ecossistema da sustentabilidade
ANUNCIE NA

22
Página

PERFIL DO LEITOR



COM A PALAVRA, O LEITOR

Alguns depoimentos colhidos na mais recente pesquisa de opinião com o público:

"A mais séria revista sobre o assunto no Brasil"

"Busca ir além do convencional"

"Preenche uma lacuna do mercado! Sendo assim, tem uma importância singular e o potencial de gerar mudanças fundamentais nas organizações"

"Excelente conteúdo para uma nova forma de compreender e atuar na realidade"

"Uma coisa define a revista pra mim: ela não coloca sustentabilidade no mesmo saco. Não usa em vão a palavra. Explica"

"Os temas são leves, a revista é linda, mas de conteúdo relevante e didático"

"É uma ótima fonte de atualização e análises"

"Considero a revista meu maior e mais importante canal de atualização e formação de opinião"

"Vocês deviam dar aula para as outras revistas"

Receba Página22 gratuitamente. Cadastre-se em www.pagina22.com.br/novo_leitor



JOSÉ LEITE
Anglo American, Brasil

Há 40 anos, nós vimos uma coisa incrível no Brasil: o futuro.

Não só pela qualidade dos minerais, mas principalmente pela paixão e capacidade das pessoas.

Isso nos inspirou e sempre buscamos empregar pessoas locais que sabiam exatamente o que era necessário para construir duas coisas: uma grande empresa de mineração e um grande país. E fomos muito bem-sucedidos.

Juntos, nós não só criamos empregos dentro e fora das minas, como ajudamos a desenvolver a economia e a infraestrutura, incentivando a educação e melhorando os serviços de saúde no Brasil.

E hoje nós temos alguns dos maiores projetos de mineração do país. Motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Eles são exemplos concretos da parceria e compromisso de longa data com o Brasil, um grande país, com um grande futuro.

www.angloamerican.com.br

**HÁ 40 ANOS TRABALHAMOS
PARA UM ÚNICO PROJETO:
O FUTURO DO BRASIL.**